

NODOS DE PSICOLOGIA COMUNITARIA

1980

Centro Mayor de Una Casa
Luzes Pasa

Cezar Wagner de Lima Góis

**NOÇÕES DE PSICOLOGIA
COMUNITÁRIA**

2ª edição

Fortaleza – Ceará
1994

SUMARIO

Agradecimentos

Apresentação

Introdução

I. UM CONCEITO DE PSICOLOGIA COMUNITÁRIA

II. COMUNIDADE

III. ATIVIDADE, CONSCIÊNCIA E AFETIVIDADE

IV. IDENTIDADE COMUNITÁRIA

V. OUTRAS CATEGORIAS

- a. Vivência afetiva
- b. Apropriação do espaço da comunidade
- c. Sentimento de Comunidade
- d. Representação Social da comunidade
- e. Ideologia de submissão e resignação
- f. Caráter Oprimido
- g. Valor Pessoal e Poder Pessoal

VI. BUSCANDO UM MÉTODO

- a. Análise e vivência da comunidade
- b. tipos de relação de ajuda
- c. Modo de inserção e ação
- d. Investigar-Intervindo/Intervir-Investigando
 1. Observação-participante
 2. Investigação-participante
 3. Ação-participante

VII. INSTRUMENTOS DE FACILITAÇÃO DA VIDA COMUNITÁRIA

- a. Círculo de Encontro
- b. Círculo de Cultura
- c. Biodança
- d. Dramatização
- e. Teatro de Rua
- f. Oficina Criativa
- g. Encontro de Planejamento
- h. Reunião de Quarteirão
- i. Grupo de produção
- j. Grupo de Mutirão
- k. Comissão de mobilização e reivindicação
- l. Conversa a dois

VIII. RELATOS DE EXPERIÊNCIAS

XI. BREVE HISTÓRIA DA PSICOLOGIA COMUNITÁRIA NO CEARÁ

XII. CONCLUSÃO

XIII. BIBLIOGRAFIA

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer a todos aqueles que colaboraram nessa caminhada de ação comunitária, preocupados com uma sociedade democrática e com uma Psicologia Comunitária problematizadora.

Quero agradecer, também, aos meus filhos Sara, Davi e Pedro, bem como a Mariana, que considero como uma filha, por me darem amor e energia para continuar fazendo o que faço e a viver como vivo.

À minha companheira, à meus pais, irmãs, irmãos, amigas e amigos, o meu carinho.

O autor

INTRODUÇÃO

A Psicologia Comunitária avançou e, progressivamente, ocupou espaços que lhe restituíram sua verdadeira base - a Psicologia Social, bem como possibilitou distingui-la, não tão claramente, da Clínica Social e da Psicologia na Comunidade. Desenvolveu-se no interior da Psicologia Social e responde a uma necessidade social.

É evidente hoje a importância da Psicologia Comunitária no ensino de Psicologia e em intervenções psicosociais, em estratégias de desenvolvimento dos moradores e de suas comunidades. Muitos e diferentes trabalhos foram realizados nessa direção, tais como : Intervenção comunitária; Comportamento participativo; Identidade e participação (*Arango, 1996*); Intervenção comunitária (*Montero, 1991 e 1994; Revista Intervención Psicosocial, 1994 e 1995*); Sujeito da comunidade (*Góis, 1994*); Participação comunitária (*Martín González, 1993*); Consciência/Alienação; Avanços da Psicologia Social na América Latina (*Lane, 1987 e 1995*); Relações sociais na comunidade; Integração, participação comunitária e saúde mental (*Musitu Ochoa, 1993 e 1996*); Intervenção comunitária; Sentimento de comunidade (*Sánchez Vidal, 1993 e 1996*); Psicologia Social Comunitária (*Campos, 1996*).

Mesmo com a contribuição de vários autores, os estudos na área não conseguiram avançar no sentido de uma maior compreensão acerca da relação entre sujeito e comunidade, da relação entre atividade comunitária e consciência do modo de vida do lugar, em fim, pouco contribuíram para com a compreensão e o desenvolvimento do sujeito da comunidade, bem como para a existência do Psicólogo Comunitário como profissão.

Penso que um dos obstáculos a isso está na distância que é enfocada a relação entre práticas comunitárias e processos psicológicos superiores, na não consideração, por exemplo, da atividade prática e da consciência pessoal como uma unidade ativa no psiquismo.

Para nós, a superação desse obstáculo pode dar-se mediante a noção da atividade prática e seus produtos como substância da consciência, e esta concretizada na própria atividade e suas consequências na comunidade, concepção esta básica na Psicologia Histórico-Cultural de Vigotsky e na Educação como Prática de Liberdade de Paulo Freire.

Nossa preocupação com essa problemática vem da prática que ao longo dos anos realizamos em conjunto com outras disciplinas no meio popular, rural e urbano.

Ao longo do tempo, trabalhando junto com sociólogos, educadores, economistas, assistentes sociais, militantes políticos, religiosos, psicólogos clínicos, psicólogos sociais e psicólogos comunitários, víamos nesses trabalhos interdisciplinares sérias limitações quando penetravam nas questões da subjetividade, da parte ideal do psiquismo, do modo de vida refletido na mente do morador como imagem ativa de suas relações sociais e comunitárias. O processo psíquico da realidade da comunidade não era, muitas vezes, compreendido e considerado na ação comunitária, a não ser de forma distinta do contexto histórico-social do morador, uma separação entre indivíduo e meio que pouco atendia, por mais que se falassem de contexto, história, consciência e participação comunitária.

Esse foi o motivo de buscar um marco teórico baseado nas obras de Vigotsky e de Freire. Nelas atividade e consciência se encontram enredadas entre

si e na história, em um só processo de desenvolvimento do sujeito e de sua realidade.

Sabemos que esta noção de atividade e consciência não é usual em intervenções comunitárias, apesar de que, em geral, estão presentes de algum modo nas intervenções, enquanto dois elementos distintos (um externo e fora do campo teórico do psíquico, e outro interno, próprio deste campo), e não como elementos que constituem um todo orgânico ou unidade no psiquismo, onde a atividade prática é atividade orientadora da consciência e orientada por esta para a apropriação e transformação da realidade.

Esse marco teórico nos deu mais clareza e melhores resultados em nossos estudos aplicados de Psicologia Comunitária, trabalhos estes centrados não no desenvolvimento da comunidade, mas sim no desenvolvimento do sujeito da comunidade, e tomando como unidade de análise e de intervenção a atividade comunitária existente (ou criada na intervenção), pois sua internalização por meio pedagógico (base de orientação ativa; diálogo problematizador; investigação-ação-participante) implica na reconstrução da consciência pessoal a um nível mais complexo e em um conseqüente aumento de complexidade da própria atividade comunitária.

Partindo dessa base, trabalhamos voltado para o problema da construção do sujeito da realidade, através de uma *praxis* no Estado do Ceará, Nordeste Brasileiro. Daí construímos um conceito e uma prática em Psicologia Comunitária, a partir de um cotidiano que fala por si e sendo possível dialogar com ele por estarmos mergulhados nesses 17 anos em sua trama simbólico-concreta, no caso, o cotidiano do povo cearense - uma realidade de 184 municípios e 6 000 000 de habitantes, em sua maioria carente de recursos básicos, como alimentação, emprego, moradia, saúde, escola, água, esgoto, luz e segurança, assim como de respeito, valorização e afeto.

Ao longo do tempo, essas condições psicossociais e econômicas vem gerando problemas de diversas ordens, tais como: desagregação familiar, alcoolismo, toxicomania, violência, distúrbios psicológicos leves e graves, conflitos de vizinhança e alienação individual, familiar e social, assim reforçando o círculo vicioso entre a miséria e a impotência frente a realidade social. cremos que há uma responsabilidade de todos nós profissionais de Psicologia Comunitária com a situação do oprimido (Freire, 1979). A omissão ou a utilização de modelos teóricos inadequados servirão apenas para manter as condições de dominação e exploração existentes em nossa sociedade e minimizar o trabalho libertador, próprio de uma Psicologia Comunitária que se constrói como ciência engajada, por mais paradoxal que seja.

Barcelona, 23 de outubro de 1997.

I. UM CONCEITO DE PSICOLOGIA COMUNITÁRIA

O termo Psicologia Comunitária foi cunhado durante a Conferência de Swampscott, em 1965, e desde então vem sendo utilizado para identificar um conjunto de conhecimentos e de práticas voltado para o estudo e o desenvolvimento psicossocial das comunidades. Para alguns, a expressão é errônea, vazia; para outros é adequada por tratar de uma especificidade cada vez melhor definida. Falam de Psicologia na Comunidade, Psicologia da Comunidade, Intervenção Psicossocial e, mesmo, Psicologia Social Comunitária ou simplesmente Psicologia Social, mas para nós o termo Psicologia Comunitária é o mais apropriado ao que se pretende (pretendemos) estudar e transformar.

A Psicologia Comunitária na América Latina surge de uma Psicologia Social que contrapõe-se à situação clássica e conservadora existente no âmbito da própria Psicologia Social, sendo seus principais representantes Sílvia Lane (Brasil), Ignacio Martín-Baró (El Salvador) e Maritza Montero (Venezuela), entre outros. Surge de uma Psicologia Social que afirma que o indivíduo é uma realidade sócio-histórica, fortemente submetido a um processo cultural e que está localizado em um modo de vida social, numa estrutura social de classes e num determinado espaço histórico, geográfico, social, cultural, econômico, simbólico, portanto, ideológico. Que vive mergulhado numa rede de interações sociais complexas (além do interpessoal e do grupal) de uma sociedade de classes e bem determinada.

"Porém o homem fala, pensa, aprende e ensina, transforma a natureza; o homem é cultura, é história. (...) O seu organismo é uma infraestrutura que permite o desenvolvimento de uma superestrutura que é social e, portanto, histórica. Esta desconsideração da Psicologia em geral, do ser humano como produto histórico-social, é que a torna, senão inócua, uma ciência que reproduziu a ideologia dominante de uma sociedade..." (Lane, 1987, p. 12).

A partir daí tomou vários rumos (Bonfim, 1988 e 1989), alguns mais engajados e outros menos engajados na realidade das comunidades; alguns com uma visão mais histórico-social do indivíduo e outros com uma visão mais idealista ou comportamental do indivíduo; alguns mais assistencialistas e outros mais técnicos ou políticos; alguns mais clínicos e outros mais sociais ou educadores.

Tomando como referência básica nossas reflexões e experiências, além dos estudos de Vigótski, Leontiev, Luria (a trioka), Sílvia Lane e Paulo Freire, entendemos a Psicologia Comunitária como uma área da Psicologia Social que estuda a atividade do psiquismo decorrente do modo de vida do lugar/comunidade, seu sistema de relações e representações, identidade, consciência e pertinência dos indivíduos ao lugar e aos grupos comunitários. Visa ao desenvolvimento de uma identidade comunitária e ao aprofundamento da consciência do modo de vida do lugar, através de um esforço interdisciplinar que perpassa a organização e o desenvolvimento dos grupos e da comunidade, mas sempre voltada para a construção do sujeito da comunidade.

O objeto da Psicologia Comunitária é o sentido (Leontiev, 1982), ou leitura do mundo (Freire, 1980), construído das significações e das relações entre estas acerca da vida comunitária; é a imagem ativa e particular das relações comunitárias na consciência (psiquismo) dos seus moradores e sua expressão mediante a atividade comunitária (instrumental e comunicativa) nessas mesmas condições em que vivem e fazem história de sofrimento, luta, encontro, realização e esperança.

Seu problema central não é a relação entre saúde e doença, prevenção e tratamento, é a construção do indivíduo como sujeito que emerge da atividade comunitária e das condições sócio-históricas do lugar, e sendo responsável por ele. Portanto, o campo de atuação é a comunidade, espaço geográfico, social, econômico, político, simbólico, significativo e básico da vida em sociedade, tanto rural como urbano.

A Psicologia Comunitária, para nós, estuda as condições da vida comunitária (internas e externas à pessoa) que impedem o indivíduo de ser sujeito e as condições que o fazem sujeito na comunidade, ao mesmo tempo que, no ato de conviver e compreender, trabalhar com ele a partir dessas condições, na construção de sua identidade e de uma nova realidade sócio-ambiental para o lugar.

O Psicólogo Comunitário não é aquele que apenas realiza diagnóstico e intervém. Ele estuda o modo de vida da comunidade e de como se reflete e se transforma na mente de seus moradores, para, novamente, aparecer em suas atividades concretas do dia-a-dia. Isso, também, significa compreender as necessidades das comunidades e o engajamento do Psicólogo Comunitário.

II. A COMUNIDADE

Desde meados do século passado o conceito de "Comunidade" tem gerado controvérsias e, ao longo desse século até hoje, a complexidade da vida social, cada vez mais crescente, tem reforçado a dificuldade de chegar-se a um denominador comum.

Vejamos algumas das principais características utilizadas na tentativa de se encontrar uma conceituação, principalmente, aquelas que ao longo da nossa experiência temos utilizadas :

- . delimitação geográfica e territorial
- . atividades econômicas e sociais comuns
- . mesmo nível sócio-econômico
- . laços históricos e culturais
- . necessidades e problemas comuns
- . convivência efetiva, duradoura e direta
- . mesmo sistema de representações sociais
- . identificação entre os moradores e destes para com o lugar
- . abrangência do espaço físico-social apropriado
- . sentimento de comunidade

Entendemos a comunidade como sendo uma instância da sociedade ou da vida de um povo ou nação que a reflete com uma dinâmica própria; é o lugar de moradia, de permanência estável e duradoura, de crescimento, de orientação e de proteção da individualidade frente à natureza e à sociedade.

Apresenta, como a sociedade que a circunda e influencia, um processo social próprio, cheio de contradições, antagonismos e interesses comuns, que servem de construção e orientação das ações dos moradores em relação ao próprio lugar e em relação à sua inserção no conjunto da sociedade.

É o espaço social de intermediação da vida familiar com a vida da sociedade, no qual o indivíduo é confirmado como membro de uma determinada cultura e com uma determinada identidade social. É um lugar de relação direta, face-a-face, entre seus moradores.

Implica em um modo de vida, uma "*maneira como o agrupamento social estabelece relações internas peculiares(...) um modo de ser coletivo*" (Martins, José de Souza : 14). Um modo de ser, um modo de interagir segundo padrões do lugar, de sua história, tradição, costume, valores, moral etc. É um arranjo particular do cotidiano.

Isso não quer dizer que a comunidade seja um lugar sem contradições e homogêneo. Nela estão presentes fortes contradições, conflitos, resistência, solidariedade e esperança.

Todos esses elementos aparentemente fragmentados ou desvinculados entre si constituem um modo de ser com uma lógica social e simbólica própria. Ordenam-se a um nível abstrato (categorial) e muitas vezes inconsciente, mas que explicam os arranjos particulares do cotidiano. Para compreendê-los é necessária uma inserção profunda do Psicólogo Comunitário; assim apreende-se o código cultural do lugar e o processo de identificação (Psicólogo<=>moradores) poderá se realizar.

As comunidades geraram as grandes sociedades e foram absorvidas por elas. Muitas desapareceram e outras transformaram-se em arranjos sociais

específicos da sociedade, fazendo frente ao conjunto das forças sociais e ao Estado.

Mesmo assim, existem até hoje, pouco parecendo-se com as antigas comunidades. Mas, em qualquer época, a essência das comunidades é a mesma: a vida comunitária, isto é, práticas coletivas de construção e proteção do lugar, onde cada indivíduo torna-se mais apto e protegido para lidar com a realidade em que vive.

O ser humano antigo foi forjado em comunidade. Hoje, bem menos, face à complexidade da vida social e das estruturas sociais. Por outro lado, isso não nega a força e o papel que a comunidade exerce sobre os indivíduos para fazê-los membros da sociedade em que se encontram inseridos.

Em geral, a nossa vida acontece dentro de grupos e de um contexto social reduzido, necessários à formação e ao desenvolvimento de cada um como membro de uma sociedade e de um determinado contexto dessa mesma sociedade. Por isso a importância, mesmo hoje, da comunidade - da vida comunitária.

As comunidades rurais são mais nítidas em suas características e delimitações, diferente do que ocorre com as do meio urbano. Nessas, as características de comunidade estão fortemente entrelaçadas a fatores derivados da intensa interação e mobilidade entre as diversas áreas urbanas (bairro, zona, quarteirão). Perdem com isso a nitidez particular. Mesmo assim, é possível identificá-las através de um maior detalhamento das atividades dos moradores em torno de um núcleo como igreja, associação, posto de saúde, comércio local etc.

Distinguir a comunidade rural da urbana é aceitar as diferenças existentes entre o campo e a cidade, e mais, dar especificidade aos diversos componentes de um processo particular (histórico, econômico, social e psicológico) de uma determinada área em relação à outra de uma sociedade regional ou nacional. Existe uma relação profunda entre o campo e a cidade. Distinguir uma área de outra não é romper essa identificação e intercâmbio, mas especificar seus elementos constitutivos e dinâmicos.

Eis algumas das diferenças fundamentais entre o Rural e o Urbano (Sorokin e outros, 1986):

RURAL	URBANO
Atividade agropastoril	Atividades industrial e comercial
Maior vinculação à natureza	Maior aproximação com a tecnologia
Comunidades pequenas	Comunidades em geral maiores
Menor densidade populacional	Maior densidade populacional
Homogeneização psicossocial	Heterogeneidade psicossocial
Menor diferenciação e estratificação social	Maior complexidade social
Menor dinamismo social	Maior dinamismo social
Maior migração para o urbano	Baixa migração para o rural
Pouca interação e contato entre as pessoas	Maior interação e contato

Compreendemos o rural subdividido, conforme suas peculiaridades econômicas, geográficas e sociais, em praia, serra, floresta, prado e sertão. Quanto à cidade, dividimos em concentração nobre e concentração proletária. Em cada concentração há um modo de vida particular, mesmo quando estão entrelaçadas uma na outra, constituindo lugares diferenciados no mesmo espaço geográfico.

III. ATIVIDADE COMUNITÁRIA

A atividade humana (Leontiev, 1981; Luria, 1996; Vigotsky, 1996), juntamente com a consciência (Leontiev, 1981; Rubinstein, 1979; Freire, 1980; Vigotsky, 1996) e a afetividade (Toro, 1982; Lane, 1996; Góis, 1995) são fundamentais para a compreensão do psiquismo e construção de uma identidade (Toro, 1982; Lane, 1987; Ciampa, 1987; Góis, 1995)). Não aparece separada das outras e nem das condições objetivas de vida; por isso não se explica por si mesma.

Constitui-se como um sistema de ações ligadas ao objeto da realidade, uma interação com o objeto e não simplesmente uma ação sobre ele, nem tampouco uma reação. É o elo que estabelece o vínculo indissolúvel entre o mundo objetivo e o mundo subjetivo, entre a atividade cerebral e a atividade psíquica, entre a atividade consciente e as instâncias inconsciente e automática.

A atividade é um processo pelo qual se realizam as transformações mútuas entre sujeito e objeto. É na atividade onde se dá a passagem do objeto da realidade (aquilo que o indivíduo busca controlar e transformar) para sua forma subjetiva (imagem) e, ao mesmo tempo, a passagem desta para o mundo objetivo.

Nesse processo de transformação do real em ideal (e vice-versa) o ser humano apropria-se da realidade e modifica-se através dela para transformá-la e novamente apropriar-se e modificar-se. Constrói-se e constrói seu mundo de modo cada vez mais consciente. Assim, os objetos da realidade, apropriados no decurso da atividade humana, ressurgem contraditoriamente na consciência, tendo significação e sentido (Luria, 1987), ao mesmo tempo históricos, universais e singulares.

Três características são essenciais na atividade: direcionalidade, transformação e apropriação. A primeira diz respeito a relação entre motivos e objetos. (Leontiev, 1979); a segunda trata da construção histórica; e a terceira diz respeito à reconstrução interna dos objetos do mundo material e de suas relações (Vigotsky, 1984).

A atividade, ou sistema de atividade, compreende uma dimensão prática (atividade externa) e uma dimensão interna (cerebral e psíquica). Sem deixar de lado a atividade externa, a atividade objeto da Psicologia é a atividade interna psíquica, compreendida em três dimensões, ou seja:

- . processo psíquico (constitui os processos afetivos, cognitivos e conativos);
- . formações psíquicas (imagem, conceitos, vivências e intenções);
- . propriedades psíquicas (capacidade do psiquismo de responder com determinada atividade psíquica: necessidades, motivos, hábitos, temperamento, caráter, linguagem, pensamento e consciência propriamente dita).

O processo psíquico gera as formações psíquicas, sendo regulado por elas; as formações psíquicas geram as propriedades psíquicas, sendo reguladas por elas; e as propriedades psíquicas, por sua vez, dirigem a interação entre o processo psíquico e as formações psíquicas (Solozábal, 1981).

Outro aspecto da atividade humana é a sua função reveladora da contradição entre individualidade e contexto, e entre motivos, significações e sentidos e o resultado da própria atividade. A primeira contradição é externa, estabelece as interações entre o que está representado no psiquismo (mundo subjetivo) e o que está presente na realidade (mundo objetivo). A segunda contradição é interna, trata-se da atividade mesma da consciência em integrar,

regular e dirigir a vida psíquica, a partir do mundo material e das consequências da atividade sobre ele.

A contradição psíquica (interna) surge a partir da contradição externa, da contradição do real, voltada para a regulação e transformação do próprio psiquismo (consciência) e da própria realidade objetiva. Desse modo, se constrói uma interação indissolúvel entre o interno e o externo, em contradição permanente, a partir das condições materiais da própria sociedade. Ao mesmo tempo, forja-se o sujeito da história, uma identidade em construção permanente.

"A Psicologia humana se ocupa da atividade de indivíduos concretos que transcorre nas condições de uma coletividade aberta: entre as pessoas que a formam, conjuntamente com elas e em interação com elas, ou diretamente com o mundo dos objetos em redor; ante o torno de um ferreiro ou detrás de uma escrivantina. Sem dúvida, em quaisquer condições e formas que transcorra a atividade do homem, qualquer estrutura que adote, não se deverá considerar como abstraída das relações sociais, da vida da sociedade com todas as suas peculiaridades; a atividade do homem aparece como um sistema incluído no sistema de relações da sociedade. A atividade humana não existe em absoluto fora dessas relações." (Leontiev, La Actividad en La Psicología, pág. 11).

A atividade é tão antiga como os próprios seres humanos e seus primeiros agrupamentos sociais. Surgiu mediante o mover-se sensível, o uso de instrumentos e o uso da linguagem (Góis, 1997).

Vivendo em pequenos grupos ou bandos, os primeiros seres humanos procuravam, por meio da atividade individual e coletiva, estabelecer um certo ordenamento social no bando, gerando, por conseguinte, agrupamentos sociais más complejos, primeiro como tribo e depois como povo e nação.

A atividade criada por eles os criou. O contexto antigo em que esse processo se deu foi, certamente, um espaço de relações comunitárias.

De lá para cá, muita água correu ao longo do desenvolvimento histórico-social dos diversos agrupamentos sociais, mas sempre confirmando o papel da atividade na construção do sujeito e da cultura. Por isso, hoje é importante compreender a função mediatizadora da atividade na relação consciência-mundo. Através de sua análise chegaremos a conhecer não só o processo social e econômico construído e praticado em uma comunidade, como também, e para o Psicólogo Comunitário é o principal, o que os moradores fazem (motivo, objeto e objetivo), o que pensam (significações e sentidos), o que sentem (emoções e sentimentos), onde se encontram como sujeitos da realidade e o que fazem consigo mesmo enquanto modo de viver. Assim poderemos compreender as condições internas e externas que fazem ou impedem o indivíduo de se fazer sujeito de sua própria coletividade e de sua história.

A atividade humana na comunidade é a atividade comunitária que, para nós, é básica em Psicologia Comunitária. Esta se apresenta como um sistema de ações instrumentais e comunicativas entrelaçadas, integradas e com sentido (cada uma) de realização individual e coletiva no eixo da atividade social maior. É constituída de uma seqüência operatória de ações que, ao mesmo tempo que se encontram, cada uma, limitada aos seus objetivos específicos, estão organizadas e orientadas pela integração dos motivos, sentimentos, valores, significações e sentidos (consciência), com o objeto e o objetivo maior da própria atividade comunitária.

As ações ou sistemas de ações comunitárias não ocorrem separadamente, determinadas apenas pelos seus objetivos parciais. Estão integradas entre si e orientadas pelo objetivo final da atividade comunitária.

As ações instrumentais são ações onde o indivíduo utiliza-se de ferramentas e equipamentos necessários à transformação direta da realidade comunitária conforme o objetivo da atividade. Implicam na elaboração e uso de instrumentos, como pá, enxada, foice, martelo, casa de farinha, forno de pão, irrigação etc, (instrumental simples), ou tecnologias avançadas (instrumental complexo), necessários ao processo produtivo.

As ações comunicativas compreendem os processos de interação e diálogo entre os indivíduos, acerca do trabalho e da própria existência, do sentido individual e coletivo da vida comunitária. São construções reflexivas, expressivas e dialógicas, propiciando o entendimento e a vida comum entre os indivíduos, assim como a elaboração individual e coletiva da comunidade. Os indivíduos compartilham suas idéias e sentimentos a respeito do mundo, de suas vidas e de como construir uma vida em comunidade.

As ações instrumentais e comunicativas na comunidade geram, fortalecem e desenvolvem os processos de subjetivação da comunidade (interiorização do mundo objetivo) e de objetivação do sujeito (identidade presentificada).

É impossível falar-se de ações instrumentais e comunicativas em separado, pois, necessariamente, uma não se desenvolve sem a outra. Por mais que a atividade comunicativa ocorra sem precisar dos objetos da realidade, utilizando-se de imagens, signos e símbolos (representações), encontra-se determinada pelas ações concretas do indivíduo na comunidade.

Quando a comunicação deixa de ter uma conseqüência prática para a vida das pessoas, tende a enfraquecer-se como meio de intercâmbio, diálogo e reflexão. O mesmo se aplica à atividade instrumental. Quando esta é realizada sem a cooperação e o diálogo, os laços existentes entre o instrumento e quem o maneja são enfraquecidos, bem como a relação consciente do indivíduo com o processo produtivo e coletivo de sua comunidade. As ações instrumentais sem o intercâmbio, o diálogo e a reflexão, perdem sua força transformadora, dificultando, em vez de contribuir, o processo de construção do sujeito da realidade que o faz e que por ele é feita.

A cooperação (co-operar), o diálogo e a habilidade técnica, são expressões da unidade instrumento-comunicação, manifestações complexas da consciência necessárias à atividade individual e coletiva, construídas no desenvolvimento integrado das ações instrumentais e comunicativas que, além de aperfeiçoarem o trabalho e todas as formas de relação do indivíduo, introduzem-no em um mundo cada vez mais complexo da vida comunitária e social.

A atividade comunitária revela de imediato a unidade instrumento-comunicação e sua força realizadora da comunidade, do sujeito, da identidade social e da consciência do modo de vida do lugar.

A atividade humana, e a comunitária de modo específico, não pode ser considerada como sinônimo de comportamento, mas o contém dentro de um complexo sistema de relação, contradição e indissolubilidade entre a realidade objetiva (material) e o psiquismo humano, formado no enlace do motivo com o objeto. Daí decorrem os processos de subjetivação do mundo e de objetivação do ser.

Enfim, consideramos a atividade comunitária como a atividade prática coletiva em favor da comunidade mediada por instrumentos, signos e símbolos, e orientada pelo objeto e por seu objetivo, assim como pela significação e sentido da própria vida comunitária. É um sistema de interações sujeito-comunidade voltado para a identificação, coesão, manutenção, desenvolvimento da própria vida comunitária (participação e responsabilidade para com a comunidade; integração entre os residentes, bem-estar social, autonomia na gestão e resolução coletivas dos problemas e satisfação de necessidades da comunidade) e busca de maior controle sobre o Estado mais próximo - Prefeitura).

A atividade comunitária e seu produto são apropriados pelo sujeito e por sua comunidade na forma de consciência crítica do modo de vida do lugar. Por isso se constitui uma via de aprofundamento da consciência de si e do mundo. A transformação da atividade comunitária em consciência crítica é o resultado de uma prolongada série de sucessos e de realizações da comunidade, processo esse contrário a qualquer imediatismo, bastante comum em muitos projetos comunitários. Esta consciência surge como produto de um desenvolvimento prolongado da relação indivíduo-comunidade.

III. O SUJEITO DA REALIDADE (COMUNITÁRIA)

O sujeito é aquele que se reconhece responsável por si mesmo e por sua comunidade, expressa uma atitude crítica frente ao mundo, à história e à situação do lugar. O sujeito comunitário se percebe responsável por sua própria história e pelo mundo em que vive, sentindo-se capaz de transformar-lhe em benefício da coletividade. Ele surge de dentro das relações comunitárias, como consequência do desenvolvimento e das consequências da atividade comunitária que o morador realiza mediante ações instrumentais (operar) e comunicativas (dialogar). Del indivíduo-coisa, mercadoria, emerge o sujeito da realidade.

Esta passagem é a questão que nos parece crucial em Psicologia Comunitária; aí está o problema da relação consciência-mundo e o modo de aprofundá-la pela atividade prática, cujos instrumentos, signos (e símbolos, Luria, 1987) exercem uma função mediatizadora nesta relação.

“La analogía entre el signo y el instrumento consiste en la función mediatizadora de ambos, aunque Vigotski indica que ellos no son equipotenciales ni equivalentes por su función, así como también que no agotan todo el contenido de la categoría de actividad mediatizadora. La diferencia fundamental es que el instrumento está dirigido a provocar una u otras modificaciones en el objeto de la actividad, es el medio de la actividad externa del hombre destinada a conquistar la naturaleza. El signo no cambia nada en el objeto de la operación psicológica; es el medio de la acción psicológica sobre el comportamiento, está dirigido hacia adentro. Por último, ambos están unidos en la filo- y en la ontogénesis. El dominio de la naturaleza y el dominio de sí mismo están mutuamente enlazados, por cuanto la transformación de la naturaleza cambia la propia naturaleza del hombre. Así como el empleo de instrumentos marca el inicio del género humano, en la ontogénesis el primer uso del signo señala que el sujeto ha salido de los límites del sistema orgánico de la actividad.” (Shuare, 1990, p. 64).

O sujeito comunitário emerge e se constrói, em geral, a partir da atividade de superação das complexas e desfavoráveis situações sócio-econômicas, como: desemprego, falta de alimento, de moradia, preconceitos, estereótipos, assistencialismo, pregação mágica da fé, ausência de informações ou distorções delas (imaginário fabricado), dispersão da população, analfabetismo, cabresto eleitoral etc. Essas situações produzem um forte anestésico da atividade e da consciência, diminui o destrói a capacidade do indivíduo de reconhecer-se como sujeito da história.

A precariedade e a limitação do trabalho e das relações sociais empobrecem a ação transformadora e construtora do indivíduo, assim reduzindo o fluxo mundo-consciência-mundo (subjetivação do mundo e objetivação do ser). Com pouca substância a consciência limita-se aos seus elementos simbólicos primários e à semi-intransitividade.

Há uma aparente petrificação em alguns e uma real petrificação nos demais (automatismo social). O trabalhador é um "condenado da terra" (Fannon, 1973), "deixado" viver por caridade e com uma única obrigação: "Não construir-se".

Por outro lado, quando o indivíduo atua através da atividade comunitária, num contexto solidário e dialógico (Freire, 1979), onde sua própria prática é plena de significado e reconhecimento na construção do lugar, e o resgate histórico de sua vida e de sua comunidade é tomado por base, a realidade em que vive passa a ser (por ele) decodificada dentro de uma nova interpretação, mais aprofundada, mais dinâmica, mais transformadora, mais viva, mais sua.

No ato de construir o seu lugar de vida, descobri-lo, conquistá-lo, fazê-lo seu, em ação com os demais, o indivíduo rasga o véu do automatismo social e constrói uma identidade comunitária e um nível de consciência inquieto, indagador, faminto de conhecer e mudar a si e ao mundo. Rompe-se a semi-intransitividade da consciência (representações mágicas e deificadas), eleva-se a auto-estima, consolida-se uma identidade de sujeito da comunidade e aprofunda-se a relação consciência-mundo.

É lenta a passagem do nível semi-intransitivo ao nível crítico, da atividade alienada à atividade comunitária crítica. Nas palavras de um trabalhador "é como uma árvore, cresce e ninguém vê crescer; só quando está grande é que todo mundo vê!".

A relação entre atividade comunitária e história e realidade opressora do lugar é extremamente desigual, desfavorecendo a primeira. É claro para nós a reação contrária à consciência. O homem é boi, é boiada, pode ser o que for, mas a única coisa que não pode é sentir-se e compreender-se como sujeito da realidade, responsável por sua história. Essa é a violência maior, a base de toda a dominação e exploração - a negação do próprio sujeito.

A estrutura de opressão e de negação da individualidade, do homem e da mulher que se fazem sujeitos, permeia as instituições e age através dela, marcando-o, modelando-o, na família, na escola, na igreja e no próprio trabalho (Althusser, 1989). Reproduz-se através do ser-objeto, do não-sujeito, ou transforma-se na transformação do indivíduo em sujeito, como é o caso abaixo:

"A nossa comunidade surgiu a partir da necessidade dos posseiros, porque a gente viu que trabalhando sozinhos passávamos fome, não tínhamos direito de brocar (cortar o mato), fazer roçado, de nada. Aí, ia uma pessoa pedir o mato para brocar, pedir ao seu fulano importante, que quer ser dono do poder e da terra. Nós íamos pedir, ele não dava. Ia outro, ele não dava. Vimos, então, que desse jeito íamos morrer de fome. Decidimos nos juntar, brocar e plantar a alimentação pra nossos filhos, porque ninguém vai dar de

comer pra gente. Assim começou nossa comunidade: trabalhando juntos, todo mundo organizado, lendo a Bíblia, a Palavra de Deus para nos iluminar e nos orientar como devíamos fazer. Com nossa organização em comunidade, começaram, também, as perseguições: ameaça da polícia, dos patrões e até hoje, que estamos já com oito anos de luta, estamos cada vez mais vistos na sociedade. A mulher é discriminada. Quando a mulher tenta se organizar e lutar, eles botam todo nome feio na gente. Por isso a revolta de muitos homens quando vêem a mulher sair de casa; dizem logo coisas que não devem! Mas as mulheres estão entrando na luta. E entram não porque devem pedir aos seus maridos. Quando os homens fazem as coisas deles, não pedem para nós. Por isso, nós, mulheres, temos que avisar. Não pedir favor! Estamos segurando a força de organização para uma libertação para a Reforma Agrária. E nós vivemos procurando esta terra prometida, que é a terra de Deus. Nós somos filhos. Por que não podemos ter a nossa terra? São só as pessoas importantes? A nossa luta está valendo, porque já conseguimos vitórias; não pagamos mais renda. Mas temos um problema: os grandes, que se acham 'perseguidos' porque a gente mostra a verdade e eles acham que é uma opressão pra eles 'venderem' a terra. E a terra que eles venderam foi pro Tasso Jereissati (que agora é governador) que comprou e logo botou máquinas dentro. Começou a desmatar, não respeitou as roças dos posseiros, queria botar mais de 500 famílias pra fora daquela área. Aí, a gente se reuniu e disse: - 'Aqui estamos dispostos a viver ou a morrer!' - Mas graças a Deus, não morreu ninguém. Foi um conflito grande. Estamos com a vitória. Conseguimos uma área de 4.326 hectares. O INCRA quis dividir a terra, mas nós vemos que o plano de Deus não é este. Deus quer a gente vivendo em comunidade. E nós queremos esta área comunitária, e não dividida. Aí, eles deram um pulo grande! Mas estamos com a área comunitária. E esta é nossa grande vitória como comunidade". (Vera Lúcia Teixeira Souza - Casada, 8 filhos, lavradora. Itapipoca - CE).

O que distingue o sujeito do individuo é a consciência de seu valor, de sua responsabilidade e das tramas ideológicas que tecem a opressão e a exploração no lugar em que vive. O Sujeito é possuidor de uma consciência crítica, de uma consciência aprofundada (Freire, 1979 e 1994).

A partir das contribuições de Vigótski (1991 e 1996), Leontiev (1978 e 1982), Freire (1980) e Lane (1987), consideramos que a consciência é uma função psicológica superior que distingue o ser humano dos outros animais e que se constitui como sendo o próprio psiquismo humano, abrangendo assim os motivos conscientes ou não, os sentimentos, as significações (sentido coletivo) e os sentidos (significação pessoal). A consciência em seu processo de construção, organiza, regula e dá sentido a vida psíquica e à própria atividade externa que, por sua vez, orienta e fornece a substância da própria consciência. É formada sob condições sócio-históricas, pela atividade prática e pela criação e uso de instrumentos, de signos e símbolos, e além disso pela própria condição do psiquismo. Permite ao individuo apreender a realidade através de sua inserção (praxis) cada vez mais profunda e intencional no mundo, desde a infância e por toda a vida. Surge como resultado da atividade instrumental-comunicativa (direcionalidade, transformação e apropriação), isto é, do uso de instrumentos e símbolos. Implica em uma atitude cognoscitiva frente ao objeto que se pretende apreender, seja da realidade material ou da própria realidade psíquica.

Como uma das dimensões da consciência temos a consciência do modo de vida do lugar, uma instância que reflete, explica, cria e muda com intencionalidade a vida cotidiana da comunidade, em seus aspectos geográficos, históricos, culturais, sociais, econômicos, simbólicos e ideológicos. Além disso, ao mesmo tempo, regula, orienta e transforma o próprio sujeito. Tudo isso por meio da função mediatizadora da atividade comunitária (instrumento, signo e símbolo).

A consciência do modo de vida requer uma atitude crítica em relação ao lugar onde se vive (consciência aprofundada). Pode ser inadequada ou adequada (Leontiev, 1978), ou semi-intransitiva dominada, mágica, ou transitiva ingênua ou crítica (Freire, 1980).

Consciência semi-intransitiva - é de pouco trânsito individuo-mundo, se apresenta de modo submissa e alienada, dominada e mágica; sua preocupação são as formas vegetativas do viver, não se distancia do objeto para conhecer-lhe, é quase imersa, quase aderente, supersticiosa e fatalista. Explica o mundo através de uma realidade externa (destino, azar) e entrega-se à realidade de modo acomodado, apático e com baixa auto-estima. Sem compromisso para com a realidade.

Consciência transitiva (ingênua) - amplia a capacidade de apreensão e de resposta aos estímulos que partem de seu contexto, seus interesses e preocupações se alargam a esferas bem mais amplas do que a simples esfera vital, vegetativa. Aceita os desafios e está aberta aos estímulos, tem desprezo a toda forma de concepção científica e se satisfaz com as experiências, simplifica os fatos, não investiga, não se aprofunda nas causas. Vê a realidade estática, atua emocionalmente e tira conclusões rápidas e superficiais acerca da realidade. É polêmica, assistencial e usa de manipulação emocional. Considera o passado melhor que o presente e não aceita esquemas impostos, mas é desejosa de liberdade e de superar o silêncio. É capaz de compromisso.

Consciência transitiva (crítica) - leva o individuo a assumir sua responsabilidade para com o mundo em que vive, de fazer e refazer o mundo.

Permite a êle inserir-se em seu cotidiano de maneira crítica, mediante o diálogo e o compromisso com os outros. A característica principal de este tipo de consciência é a profundidade do pensamento na explicação do mundo, tornando possível aos indivíduos a reflexão crítica sobre seus próprios atos. Tem interesse pela vida social e política, vê a realidade mutável e investiga, verifica, indaga, testa, revisa. Pressiona a realidade, aprofunda a análise de problemas e não se satisfaz com as aparências. É aberta na captação, na análise e na resposta. É inquieta e autêntica, não transfere responsabilidade e delega e aceita delegação. É dialógica, nutre-se do diálogo; é dialética, aceita o novo e as contradições. É comprometida com o mundo.

O aprofundamento da consciência (ou mudança de uma dimensão semi-intransitiva para uma dimensão transitiva, ou passar de uma consciência mágica a ingênua e desta a crítica) implica no livre trânsito indivíduo-mundo, no processo de aprofundamento da tomada de consciência mediante a atividade prático-reflexiva. O contrário é a alienação (Meszaros, 1981), parcialização da realidade por uma consciência dominada, submissa.

A este processo chamamos, conforme Paulo Freire, de conscientização, que resulta em tornar a consciência mais profunda no mundo. Aqui é importante enfatizar que a consciência está enraizada no mundo histórico-social, alimenta-se dele, o reflete, o reproduz e o transforma, assim como este está enraizado na consciência, a refletindo e impondo a ela um determinado modo de vida.

O desafio é não reproduzir um mundo histórico-social de opressão e de exploração do homem pelo homem, de destruição da natureza, pois é evidente a grande influência que o contexto exerce sobre os indivíduos, sendo isso o principal obstáculo e a principal facilidade à conscientização. Por isso é necessário compreender a configuração ideológico-valorativa do contexto histórico-social em que o indivíduo está inserido, assim como a correlação entre as forças progressistas e as forças de dominação e negação do indivíduo que se faz sujeito de sua história, de sua comunidade.

Querer facilitar o aprofundamento da consciência mediante fórceps ou saltos bruscos, como o de ir imediatamente de uma consciência que passou boa parte da vida sob dominação, para uma consciência participativa, crítica, política, é uma grande ingenuidade e mais uma forma de oprimir e impor um crescimento de fora para dentro. É necessário não perder de vista que o trabalho de conscientização deve voltar-se para a zona de desenvolvimento próximo (Vigótski, 1991), como tão bem preocupou-se Paulo Freire.

Por pensarmos assim é que propomos o modelo a seguir, o qual permite compreender alguns aspectos da relação entre contexto e consciência do modo de vida do lugar.

1. *Contexto de opresión y dominación*

- Individuos oprimidos, objetos;
- Relación cerrada dominador-dominado, externa al individuo y internalizada por él;
- Dependencia y sumisión;
- Fase grupal : agregación (necesidad individual confusa);
- Conciencia semi-intransitiva o mágica.
- Atividades com fins imediatos e pouca reflexão.

2. *Disminución de la relación de dominación*

- . Inicia la identificación por medio de la interacción entre los oprimidos. Estos se expresan;
- . Los oprimidos se reconocen objetos y empiezan a sentir su fuerza colectiva;
- . Descubren el opresor externo a ellos;
- . Se difunde la creencia de que la tierra les pertenece;
- . Fase grupal : radial (necesidades individuales claras);
- . Conciencia transitiva ingenua.
- . Atividades com fins imediatos e aumento da reflexao gráfico-funcional.

3. *Surge la acción reivindicatoria/la protesta*

- . Aumenta la capacidad de movilización y interacción;
- . Mayor expresión y busca de participación y asociación;
- . Fase grupal : de intercambios (percepción de las necesidades de grupo);
- . Mayor distancia en relación al opresor;
- . Conciencia transitiva ingenua y/o crítica.
- . Atividades com fins imediatos/mediatos e aumento da reflexao acerca do modo de vida do lugar (combinação da gráfico-funcional com a abstração e generalização).

4. *Aumento de la capacidad de organización y lucha*

- . Estructura organizacional flexible, ágil y en expansión;
- . Emergencia de líderes, integración de diferencias, disminución del miedo y elevación de la auto-estima, del coraje y de la solidaridad;
- . Fase grupal : integrativa (integración entre necesidad individual y necesidad del grupo);
- . Trabajo cooperado;
- . Conciencia transitiva crítica.
- . Atividades com fins mediatos e reflexao com mais abstração e generalização.

5. *Construcción de un contexto de educación y autonomía*

- . Educación permanente, desarrollo del proceso de liderazgo y ampliación de los objetivos allá de la colectividad y del acto reivindicatorio, en busca del control del sistema de acción histórica de la sociedad (Touraine, 1982);
- . Fase grupal : Política (percepción de necesidades de la sociedad y su integración con las necesidades individuales y de grupo);
- . En esta fase el grupo adquiere un carácter revolucionario y se amplía como movimiento social (Touraine, 1982). Se profundiza la organización, las formas de lucha y se crea una estructura de formación de liderazgo y de acción política para la satisfacción de las necesidades de la colectividad y para el cambio de la sociedad;
- . Conciencia crítica (y pedagógica).
- . Atividades com fins mediatos e reflexao com acentuada abstração e generalização.

IV. IDENTIDADE COMUNITÁRIA

A identidade é a expressão biológica, histórica, cultural, universal e singular da individualidade, revelada permanentemente (em movimento, metamorfose) no processo de interação, representação e identificação com a vida social.

Nesse processo de contradição permanente da atividade humana, a identidade emerge como expressão de si, como singularidade, no conjunto das relações concretas que o indivíduo estabelece através de sua interação social. Mergulhado no conjunto de suas relações e as refletindo, o indivíduo esforça-se por superar-se e desenvolver-se através da vivência de si mesmo. Nesse ato há contradições, escolhas e afinidades.

Desenvolvendo sua particularidade em contradição com o desenvolvimento, também, de sua coletividade, vai formando desde cedo (processo de interiorização) uma imagem ativa da sociedade e, por conseguinte, de si mesmo, como expressão dinâmica e singular de suas experiências e de um conjunto de atributos propostos (por outros), que se mantém em movimento e em contradição permanente com o que as produzem: as interações sociais, os papéis e suas representações.

A criança, ao nascer, recebe um nome e um número de papéis lhe são atribuídos pelos outros, visando posicioná-la num determinado modo de vida social e com determinada individualidade, pressuposta pelos outros como sendo ela. O que é posto passa a identificá-la. Isso quer dizer que o que lhe foi atribuído (posto) é o pressuposto como sendo ela, primeiro pelos outros significativos, depois pelos outros generalizados (Berger, 1987), e, por fim, por ela mesma. Nesse processo de interação, representação e identificação (interiorização dos papéis, das interações entre os adultos e de suas próprias interações com os adultos), dá-se a construção de si mesmo (sujeito que se identifica), e que é negada pelo que ele mesmo repõe do que lhe foi posto como sendo ele pelos outros (reposição, mesmice), mas, por outro lado, o confirma para si mesmo e para a sociedade em que vive (Ciampa, 1987).

Assim, a identidade revela o indivíduo em permanente processo de contradição e metamorfose que, em seu movimento, nega o que a nega ou permanece na negação de si mesma (mesmice, senso comum de si mesmo).

Como uma das dimensões da identidade pessoal temos a identidade social (Turner, 1990; Tajfel, 1991), que .CONCEITUAR.....

Vejamos a seguir um claro exemplo de identidade social na Identidade de Sem-Terra.

Llegaran por la madrugada de domingo, llovía mucho. Eran 1 200 familias ocupando una hacienda de 10 000 hectáreas, entre los estados del Pará y Maranhao. La decisión de ocupar la tierra fue tomada a las 6 horas de la tarde del sábado, en una reunión general, a 6 km de la hacienda. Los primeros han ido a la frente con lanternas y machados. Derribaran árboles y marcaran la trilla para los demás. El mato esconde onzas, macacos, aves, serpientes y otros, algunos feroces y otros más asustados con la presencia humana.

Marchan madres con sus hijos recién nacidos, ancianos con más de 60 años y niños con panelas y paquetes de ropas en las espaldas, allá de los adultos.

La mata ya es negra durante el día, por la noche es negra total, no se ve nada. Muchos caminan descalzos en un calor de 30 grados.

Las familias llegan al sitio designado para el acampamiento. Derriban árboles, recogen pallas para los barracones y limpian el área. De mañana ya están ascendidos las cocinas de barro en un terreno mojado y deslizante. Hay mucha alegría y expectativa.

Los líderes convocan la primera reunión en la tierra nueva para decidir los próximos pasos y oír los informes de personas que han venido de fuera del acampamiento.

En plena mata, una multitud con ropas sucias, rasgadas, mojadas, levanta sus guadañas y azadas y grita celebrando la ocupación. Después hastía la bandera del MST. Más una ocupación ha sido realizada. Más un paso en dirección a una patria obrera y campesina, creyente en Dios.

¿Lo que quiere esta gente trabajadora y excluida de la riqueza nacional? Muy poco, muy poco mismo. Solamente un trozo de tierra con cerca, una ternera en el pasto y un rozado atrás de la casa. Quieren una reforma agraria.

Los sin tierra son una gente que temprano encaró la existencia por su cara tormentosa, condenados de la tierra (Fannon, 1983). Antes de la ocupación de la tierra, todos amargan un largo periodo lleno de angustia y de espera en acampamientos al margen de alguno camino o en la mata. Lo común es la espera prolongarse por tres o cuatro meses, a las veces años. Es de enloquecer, pero los hombres y las mujeres son resistentes y la disciplina es muy grande. Quién se queda borracho, asediar una compañera con grosería o no cumple las normas, puede perder su plaza en la cola de obtención de la tierra y volver a la última plaza de esta cola.

Los dueños de las voces que se expresan y cantan en las matas, cerrados y campos, tienen la cara del Brasil, son rubios del Sur y morenos del Norte y Nordeste. Para la supervivencia en los acampamientos dependen de la roza de subsistencia, de la cesta básica de alimentos donadas por el propio MST, por el gobierno y por la iglesia, allá de la ayuda de miembros de la familia que viven en otro sitio. De un modo general se alimentan de maíz, mandioca y un poco de arroz o frijoles; carne es muy difícil.

Este es el Brasil arcaico, aún presente en la vida de la mayor parte del pueblo brasileño : descalzo, dientes malos, bicho de pie, sin estudio. Mayores que ellos mismos, los sin tierra sirven de símbolo para el Brasil pobre y atrasado. Son 32 acampamientos en 16 Estados, 100 000 personas, representando 25 millones de brasileños situados en la línea de pobreza absoluta. Muchos de los sin tierra (60%) son agricultores arruinados y desempleados de ciudades. Los demás son trabajadores expulsados de su rozado por el patrón y sin perspectivas en la ciudad, la cual lo que ofrece es desesperanza, decadencia familiar, empleos humillantes o desempleo. Pero, esto no es pasado, es presente, es el Brasil de contrastes, dónde 83% de su población apoyan la reforma agraria, 40% son a favor de la ocupación de tierras y 56% apoyan el MST (IBOPE, 1997).

Según sondeo realizado en los acampamientos del MST (Veja, 1997), el perfil de los sin tierra se presenta de esa manera :

- Son 25 millones excluidos de la tierra y 100 000 filiados al MST;
- 60 % votan en el Partido de los Trabajadores (socialista) y 38% en la social democracia (PSDB);

- 23% de los sin tierra están en los Estados del Pará y Maranhao; 10% en Paraná; 7% en Minas Gerais y 60% en los demás Estados brasileños;
- 75% tienen de 20 a 49 años de edad;
- Escolaridad : analfabetos (33%), 1º grado incompleto (49%), 1º grado completo (8%), 2º grado incompleto (1%), 2º grado completo (3%) y no contestaran (6%);
- Métodos contraceptivos : laqueadura de trompas (55%), píldora (37%), condones (2%), tabla (1%) y no contestaron (5%);
- Casados o parejas (78%), solteros (11%), divorciados (9%), viudos (1%) y no contestaran (1%);
- Proles : de 1 a 4 hijos (58%), 5 o más hijos (30%), sin hijos (11%) y no contestaran (1%);
- Renta : de 0 a 7 000pts (38%), de 7 140pts a 14 000pts (20%), más de 14 000pts (11%) y no contestaran (31%);

La injusticia y la represión en el campo, junto con la alta concentración de tierra y de renta, la miseria y el avance de los propios movimientos sociales, generaran las condiciones para surgir el Movimiento Sin-Tierra (MST), hoy símbolo de las luchas por la inclusión social de 25 millones de excluidos de la tierra en el país.

Movimento Social dos Sem-Terra

El Movimiento Sin Tierra es un movimiento que integra una visión local y rural de los problemas sociales con una visión nacional y mundial de la realidad de los excluidos de la riqueza económica y de sus beneficios sociales. Es al mismo tiempo un movimiento basado en la lucha de clases y en la ética, es revolucionario cuando se propone a mudar de modo radical el derecho a la propiedad rural, y es reformista cuando quiere participar del mercado actual de productos agrícolas. Al mismo tiempo que analiza la realidad social y económica del punto de vista marxista, propone a los campesinos ya asentados en la tierra que estén atentos al mercado, pues fuera de él no conseguirán beneficiarse de sus tierras y crecer con ellas.

El MST fue creado en 1985, en medio a las luchas democráticas de esa época, como la por las Directas Ya (la sociedad quiere elegir su presidente dando un basta a la dictadura que duraba 21 años), durante una gran reunión con más de 1 000 representantes de los sin tierra de todo el Brasil - campesinos, hijos de campesinos y profesionales involucrados con la cuestión. Creció sin depender de ninguno partido político, mismo los de la izquierda, y mantiene hasta hoy un único objetivo : hacer la reforma agraria a través de la ocupación de tierras improductivas o en litigios, defensa de ellas y hacer con que produzcan. Tiene una directriz central : Ocupar-Resistir-Producir.

Está organizado en todo el país, a partir de una estructura colegiada (MST,1997) en todos los niveles, desde los núcleos locales en un municipio hasta el colectivo mayor, que es la dirección nacional. Es grande la integración, articulación y rapidez de desplazamiento de esa estructura, principalmente por causa de la mística del movimiento, de sus símbolos, del respecto entre hombres y mujeres, de una buena red de comunicación, del entrenamiento permanente que reciben todos los líderes (locales, regionales y nacionales) y de una fuerte disciplina.

El MST tiene un fondo financiero anual de R\$ 800 000,00, cuenta con 60 funcionarios y posee sedes en 22 Estados brasileños. Cada familia asentada entrega a la organización el equivalente a 1% de su producción, en efectivo o en productos agrícolas.

Desde que fue fundado conquistó tierra para 139 000 familias - un total superior al que cualquier gobierno, en cualquier época, consiguió atender.

La dirección colegiada nacional es compuesta de 15 miembros, pero solamente 5 son más conocidos por el público, en razón de mantener su seguridad frente a los pistoleros. Su miembro principal es Joao Pedro Stedile, un gaúcho, hijo de agricultores inmigrantes de Italia, religioso, formado en economía, de habla tranquila y con pequeños ojos azules.

Stedile tuvo una formación política basada en la defensa de los pobres, pues para él es una cuestión de conciencia estar en esa lucha. Estudió Economía en Porto Alegre y hizo pós-graduación en la Universidad Autónoma del México en mediados de la década de 70. Ahí convivió con grupos de izquierdas, principalmente de Nicaragua, allá de viejos líderes campesinos del Brasil exilados en México, como Francisco Juliao, líder de las famosas Ligas Campesinas del Nordeste brasileño. En 1978 regresó al Brasil y se instaló en la región de Ronda Alta, Rio Grande do Sul, donde se quedó hasta 1984.

En ese sitio surgió el embrión del MST, ayudado por la iglesia de la liberación. De ahí fueron desarrolladas las técnicas de acción del movimiento, como las manifestaciones de masa para llamar la atención, la disciplina de hierro aprendida de la iglesia y el modelo de organización basada en las Comunidades Eclesiales de Base (CEBs) - liderazgo colegiado, dividido en núcleos y coordinaciones.

Para este líder, a corto plazo la redistribución de tierra tiene un valor social que puede ser medido por el hecho de que los asentados no pasan más hambre. Un estudio de la FAO viene apoyar esa idea, pues demuestra que la renta media de las familias asentadas llega a R\$ 518,00. Esto es más que la renta de 53% de los brasileños.

Stedile dice que no tiene en las manos todo lo que precisa para hacer la reforma agraria propuesta por el MST, pues piensa que para esto es necesario crear una sociedad diferente, igualitaria, donde su economía esté vuelta para el mercado interno y que su modelo de desarrollo privilegie a quién es pequeño.

O Movimento Sem-Terra é um Movimento Social que se constrói de múltiplas formas, porém tem como eixo a vida comunitária, a atividade comunitária em centenas de acampamentos comunitários (comunidades que se movem) e assentamentos conquistados (comunidades fixadas).

Javaloy (1996) considera el análisis del MS a partir de cuatro elementos llaves : las condiciones de su emergencia (condiciones políticas, económicas, organizacionales y culturales), el reclutamiento de los participantes (factores personales y psicosociales), su desarrollo y organización (organización y interacción con el ambiente) y su éxito y fracaso (por que triunfan y los cambios que producen). A partir de ahí, examínalo en relación a : oportunidades políticas favorables, ingerencia del Estado en la vida privada, la prosperidad de la sociedad, concentración ecológica, estructuras previas de organización, acceso masivo a la educación superior, incorporación de las mujeres al trabajo y cambio de status, ascenso de valores postmateriales, necesidad de afiliarse a grupos, búsqueda de identidad, actitudes previas a la participación, frustración repentina, elección racional, creencia en que es factible un mundo más justo, contacto con las redes

sociales del movimiento, atractivo de la ideología, circunstancias biográficas favorables, ausencia de identificaciones en conflicto, tendencia a la institucionalización, relaciones con el Estado, relación con contramovimientos, uso de medios de comunicación, relación del éxito con sus métodos y tácticas, y cambios que provocan en las instituciones, en la opinión pública, en la conducta de la gente, en sus propios participantes y, también, cambios no deseados, como una oposición a ellos en la forma de contramovimiento.

Todos esos aspectos son importantes en el análisis del MS y algunos están presentes en este análisis del MST, pero lo que buscamos aquí es revelar el MST como un movimiento que no puede ser explicado solo por una visión (arcaica o postmoderna), y sin por la integración de las dos, por una visión que se base en una realidad social actual de profundos contrastes entre el viejo y el nuevo, entre el urbano desarrollado y el rural atrasado, entre los incluidos y la gran masa de excluidos, entre el pacifismo y la violencia, y además que se base en una historia fuertemente marcada hasta hoy por la esclavitud y la colonización. Por otro lado, lo que pretendemos de modo más específico es hacer un análisis psicosocial del Movimiento Sin Tierra centrado en la cuestión de la identidad social y del sujeto de la realidad.

La lucha por la reforma agraria preconizada por el MST es determinada por la diversidad de contradicciones existentes y modos de vivir y enfrentarlas, diversidad esta que se encuentra ubicada en las diversas formas sociales de inserción de los diferentes segmentos de trabajadores rurales en la tierra, en la estructura de la tierra y en el proceso de producción agropecuaria.

En su origen, por tanto, es necesario ver la “diversidad de fuerzas asumidas por las contradicciones del capital” (Martins, 1986) y el modo como esta lucha es fecundada por la voluntad para generaren un movimiento. La percepción de intereses comunes, en el cotidiano, en las condiciones más inmediatas de trabajo y vida, en relación a otros actores sociales, la identidad en vuelta de los intereses comunes, las acciones colectivas de resistencia etc., son un conjunto de condiciones necesarias al movimiento. Solo así la tensión interna a estas relaciones cambia movimiento (Grzybowski, 1987).

El Movimiento Social Sin Tierra se constituye como un espacio amplio, vivo y dinámico para la reconstrucción de la vida y del Yo de los sin tierra, sustitución de una identidad de oprimido por una identidad de sin tierra y después de agricultor cooperado, en fin, para la reconstrucción de sus vidas como sujetos de la realidad.

En él darse toda una red de intereses y de acciones sociales, políticas, económicas, afectivas y simbólicas. Es un lugar social y geográfico (espacios físicos delimitados y distribuidos por varias regiones del país), adecuado a la construcción de sujetos de la realidad y básico para impulsar la reforma agraria y la construcción democrática del país. Un espacio concreto y simbólico organizado, integrado y desarrollado por medio de la identificación entre la gente y con el único objetivo del movimiento - la reforma agraria, así como por medio del compromiso con el movimiento y de la participación social directa, efectiva y afectiva de sus miembros. En fin, por mais amplo que seja, é um espaço cotidiano visible y cercano, como lo de la comunidad, pero más complejo para la comprensión y construcción del sujeto de la realidad que, al se construir, también, construye el sujeto colectivo.

Un punto importante a considerar en el movimiento es lo de la construcción, mediante el propio movimiento, de lo excluido de la tierra como

sujeto de la realidad (Lane, 1987; Góis, 1994), que se vuelve responsable por hacer su historia, afirmando y reafirmando su integración y diversidad en medio a la dialéctica alienación/identidad (Meszáros, 1981; Ciampa, 1987).

“Existen una serie de procesos psicosociales que caracterizan particularmente al MS y, dadas sus características, parecen más adecuados para su estudio desde la óptica de la identidad social. Entre dichos procesos destacamos los siguientes : el compromiso, la conversión, la resocialización y las relaciones intragrupalas” (Javaloy, tema 9, pp. 6).

En esa perspectiva, los sin tierra se construyen como miembros de grupos sociales determinados, con lenguajes e identidad social propias. Pasan de una identidad de excluidos, marginales (identidad alienada porque atribuida), a una auto-identificación (en la lucha) como categoría de sin tierra para, después, pasar a la identidad de agricultor cooperado (ciudadano).

Cuando dejan de ser objetos (excluidos, marginales) y se reconocen como sin tierra (sujeto destruido, según Freire, 1980), descubren su condición de explotado y su fuerza de lucha, en la cual integran su percepción de que es marginal (económico, social y político), los otros sujetos destruidos, sus reivindicaciones y sus deseos de vivir bien y con dignidad en la tierra. Surge la comprensión de sus derechos y de formas avanzadas de organización y lucha por esos derechos.

Sin tierra, por definición, es un nombre de sujeto colectivo elaborado en las luchas por la tierra. La conciencia de la común situación de carencia y de exclusión social, debido a no tener tierra, lleva al grupo a elaborar su identidad. La afirmación política como Sin Tierra da base al grupo para reivindicar junto al Estado el derecho a la tierra. Lo que quieren es tener tierra en su local de origen, en su mundo social y cultural, es decir, lo que quieren con eso es se reintegrar como agricultores en esta sociedad que les excluyen, no por favor de las élites políticas y económicas, pero por su propia conquista de la tierra con los otros compañeros identificados como sin tierra.

La identidad social (Tajfel, 1981) de sin tierra resulta de todo lo ya expuesto y de una combinación de derechos y religión, que da a los sujetos una identidad político-religiosa. Esto revela la gran influencia de la Iglesia Progresista en el ceno del movimiento, es decir, la recuperación de cuestiones culturales propias del grupo, como su religiosidad popular, en la afirmación de su ciudadanía.

Este espacio de construcción de una identidad social (Evers, 1984) es, también, un espacio de resocialización (Javaloy, 1996) y de socialización (Berger, 1987) política, pues permite a los sin tierra el aprendizaje de como se unir, se organizar, participar, negociar y luchar, además permite la conciencia de sus intereses, derechos y reivindicaciones, en fin, la aprehensión crítica de su mundo (Freire, 1981), de sus prácticas y de sus representaciones sociales.

Allá de eso, permite a los sin tierra romper con su aislamiento geográfico, social y cultural. Al se ubicaren en un mundo más amplio aprenden a reconocer la diversidad de formas de vida, a buscar alianzas, a prestar solidaridad, aprenden a conocer sus adversarios, sus tácticas y sus organizaciones.

La identidad social de sin tierra es un sentimiento y una noción de que el individuo pertenece y tiene derecho a un espacio físico-social que le hace y que

por él es hecho, ahí implicando el significado histórico, cultural, valorativo y vivencial de esa pertenencia y de esa conciencia, que es una dimensión de la identidad, que refleja, explica y cambia con intencionalidad la vida cotidiana de oprimido, en sus aspectos geográficos, históricos, culturales, sociales, económicos, simbólicos e ideológicos. Esta conciencia implica en una actitud cognoscitiva del sujeto delante de lo cotidiano que le hace oprimido, excluido social, y que, por tanto, debe ser cambiado por el sujeto individual y colectivo.

Todo ese proceso de mudanza social, de cambios institucionales, sociales y personales, de conquista de la tierra, de desarrollo del propio movimiento, de profundización de la conciencia, de construcción de la identidad social de sin tierra (y después de agricultor cooperado), de construcción del sujeto de la realidad, darse en un espacio-tiempo (real y simbólico) de lucha mezclado a un tiempo de aprender colectivo.

La continuación de la práctica y el acumulo de experiencias permiten un salto en la conciencia del sin tierra y en su socialización política, donde se integran un saber social con los elementos de la práctica de lucha y con los recursos de la propia cultura del grupo.

La reapropiación de la cultura popular, su elaboración crítica en cuanto negación de la cultura dominante, la afirmación del perfil cultural de los sin tierra, la incorporación de un nuevo saber obtenido en la lucha y su uso político, son algunas de las cuestiones más importantes que surgen de la emergencia de las clases subalternas en la arena política, de su ejercicio de la ciudadanía, del sujeto que se hace responsable por una nueva sociedad basada en la distribución, cooperación, solidaridad y conciencia crítica del mundo.

Los Movimientos Sociales en América Latina constituyen, según Touraine, el modo latino-americano de construir un camino propio de desarrollo, una salida para el desarrollo, en la cual el pueblo cada vez más participa y impone un rumbo democrático a sus países, rumbo este negado por las elites desde hace siglos, sea por la vía institucional, sea por la vía de las dictaduras, con el apoyo de gobiernos Estados-Unidenses y Europeus.

Por ser el Brasil un país de contraste, sus movimientos sociales, también, revelan esos contrastes, principalmente entre el arcaico y el moderno, entre las formas clásicas de lucha basada en la lucha de clase y las formas actuales basada en la ética y solidaridad. Todo se mezcla en la más profunda actualidad, como es el caso del Movimiento Sin Tierra.

Dentro del cuadro actual, una cuestión está puesta en los MS, la de la subjetividad en el interior de los movimientos, el problema de la ética, del desarrollo moral, de la conciencia, de la identidad social, de las relaciones interpersonales y, principalmente, de la afectividad entre los miembros, incluso entre los dirigentes. El compañerismo, la amistad, el diálogo amoroso y el respecto a los otros y a la naturaleza, integrados a una fuerte combatividad y confrontación, algunas veces, incluso, violentas, constituyen cada vez más una exigencia para el fortalecimiento del movimiento, su integración, compromiso, fuerza y éxito en la lucha por una nueva posición suya y de sus miembros en la sociedad.

Esto es más posible de ocurrir mediante los propios movimientos sociales, mucho más de que por medio de los partidos políticos, a pesar de que estos tienen un role a desempeñar en la construcción de vías institucionales para la democracia, mismos distanciados como están de las luchas populares.

El análisis de la subjetividad en el interior de los MS puede ser hecha bajo varios aspectos, pero no se puede olvidar, para un examen más profundo del problema, que el hombre es un producto histórico-social que se reconoce incompleto y que revela en su actividad práctica en el mundo la unidad entre esta actividad, su personalidad y la colectividad (Petrovski, 1984), entre actividad, conciencia y afectividad (Lane, 1995), además, no se puede olvidar la mediatización entre el mundo material y el simbólico por medio de la actividad (Vigotsky, 1991).

Allá de eso, es importante enfocar los Movimientos Sociales del punto de vista del lugar que ocupan en el proceso de construcción del sujeto de la realidad y en el sistema de acción histórica de la sociedad, en fin, de examinarlos a partir de su racionalidad (Habermas, 1988) en la sociedad donde están ubicados.

IV. IDEOLOGIA DE SUBMISSÃO E RESIGNAÇÃO

e. Ideologia de Submissão e Resignação

A sociedade latino-americana sofre o peso de uma estrutura autoritária massacrante e em todos os níveis sociais, sendo a classe oprimida a mais atingida. Essa estrutura mantém o nível de tensão social bastante alto, o qual, por sua vez, precisa ser controlado. A submissão e a resignação exercem essa função através do reforçamento do caráter oprimido.

A existência de uma ideologia de submissão e resignação produz e reforça a repressão ao núcleo de vida do oprimido. Ela está presente nas condições de vida e na própria estrutura psíquica dessa classe social. Começa a se formar a partir das vivências do oprimido no útero materno, onde o estado crônico de fome e de tensão da mãe vai produzindo os primeiros sinais de submissão e resignação, pelo simples fato do feto necessitar de nutrientes e não recebê-los satisfatoriamente durante os nove meses de gestação.

O núcleo de vida é agredido violentamente e enquadrado bem antes do nascimento. As crianças podem nascer com sérias deficiências, muitas vezes irreversíveis. No passar dos anos, se sobreviverem além dos três anos de idade, vão cada vez mais se enrijecendo e se alienando, até chegar a um jovem ou a um adulto hostil e/ou servil.

A ideologia de submissão e resignação vai se fazendo presente em quase toda a prática do oprimido. Seja em casa, na relação mãe-filho, na descrença de que as coisas podem mudar, na aceitação de um destino, na sonegação de informações pela classe dirigente, no ensino das escolas de periferia, na influência de grupos de catequese e evangelização, na falsa promessa dos políticos e das instituições, na permanência durante gerações da ausência de alimentos, água potável, condições de moradia, de esgotos, falta de emprego ou péssimas condições de trabalho, na violência ostensiva da polícia etc.

Manifesta-se diariamente, tanto pela ação da opressão como pela expressão do caráter oprimido, ou seja, quando o oprimido rompe com as relações familiares ou com a sua vizinhança, através do isolamento ou das agressões; quando parte para a droga, assalto ou assassinato. Por outro lado, também, está presente quando se submete à inferiorização cultural, social e econômica; quando aceita o seu lugar ou obedece cegamente ao patrão, como empregado ou capanga; quando acredita que só no céu poderá viver bem ou quando imagina que a sua situação é vontade de Deus. Também se manifesta quando ignora a realidade em que vive e acredita que só as autoridades podem resolver os seus problemas, ou quando tenta ser o próprio opressor.

Todos esses fatores formam no cotidiano a rede de submissão e resignação, presente numa ideologia tecida ao longo do tempo para manter o oprimido afastado da vida, impedindo-o de acreditar no seu potencial de realização humana e a agir com consciência, autonomia e intimidade.

Hoje em dia há uma grande discussão a respeito da violência, inclusive com propostas de legalização da pena de morte.

Quero enfatizar aqui a violência contra a classe oprimida oficializada através de uma instituição pública com a cumplicidade da psiquiatria e da psicologia.

Vejam os que nos diz o relatório da Comissão Teotônio Vilela (1984):

"Num mesmo pátio estão 187 mulheres: oligofrênicas, esquizofrênicas, epilêpticas"

(mulheres cujos problemas são diferentes e que jamais poderiam estar vivendo no mesmo espaço); há jovens, adultos e velhos (a maioria parece idosa, mas não é possível saber se a velhice é real ou efeito do internamento; as mulheres, confinadas e sem referências temporais, não sabem sua própria idade, nem há quanto tempo ali estão); nuas, esqueléticas ou obesas, algumas 'vestidas', sentadas ou deitadas no chão; umas choram, outras riem ou gritam quando nos vêem, aproximam-se, tocam-nos, desejam falar e serem ouvidas - solidão, carência de afeto, desespero, medo, tudo isso nos olhos e na fala. Outras se afastam e outras permanecem indiferentes. Uma estava sentada no chão comendo vômito, enquanto outra comia fezes; uma outra, que fabricou com barro uma espécie de cachimbo, chora pedindo fumo. A miséria e o confinamento traçam a linha de suas vidas. Prossegue o relatório: "Sujeira nas cozinhas, moscas cobrem panelas e caldeirões, pratos e talheres, enquanto o cheiro fétido de urinas e fezes inunda o refeitório mal iluminado e mal arejado. A promiscuidade dos banheiros e latrinas se estende aos dormitórios: camas encostadas umas nas outras; dormem no escuro e sob efeito de remédios (se muito 'agitadas'). Qual o ser humano que não se agitaria nessas condições? As pacientes nos disseram que há mortes por lutas, e agressão muitas vezes insufladas por funcionários (em 1983 morreram 125 internas). 'Os urubus são a limpeza do mundo e não se pode matar eles'. Com essa afirmação atordoante, uma interna explica por que urubus rondam pelos telhados e pelos pátios da colônia. Vimos alguns repartindo vômitos com pacientes, outros bicando seus corpos nus em abandono, outros passeando entre as mulheres". (trecho do Relatório da visita da Comissão Teotônio Vilela ao Juqueri, SP - 1984, publicado na Folha de São Paulo de 12.01.84).

Esse relato leva-nos a muitas conclusões e a um profundo sentimento de dor e indignação. Onde está o núcleo de vida inerente a todo ser humano? Encontra-se enraizado nas profundezas dessas mulheres renegadas, sem nenhuma possibilidade de se manifestar e desabrochar.

A desorganização psíquica chegou a tal ponto (devido às vivências psicossociais de cada uma em seu meio sócio-econômico miserável e, no presente, às condições absurdas desse hospital psiquiátrico), que a reversão dos quadros psicológicos é quase impossível.

Por que se chegou a essa tão dramática e violenta situação "humana"?

Acreditamos que as razões não poderão ser encontradas apenas no funcionamento do Juqueri. Elas devem ser procuradas nas condições sócio-econômicas que envolvem a classe oprimida e nos mecanismos de opressão, exploração e reprodução de estruturas psíquicas.

Exploradas, perseguidas, acudadas, essas mulheres representam a classe oprimida em sua trajetória sub-humana.

Essa "loucura" do Hospital Psiquiátrico de Franco da Rocha (Juqueri) é o estágio final, como a penitenciária e o cemitério, de um processo de destruição da identidade do oprimido, do seu valor pessoal e do seu poder pessoal. Um processo iniciado no útero materno, na fome crônica, na miséria e na violência.

Toda a energia psicossocial e econômica necessária à formação e ao desenvolvimento de milhões de seres humanos é transformada em dólares para benefício da classe dirigente nacional e internacional.

O que resta do oprimido? Se sobreviver, um corpo maltratado, carregado de raiva e de medo caracterológicos, que representam uma reação primária de defesa, mal canalizada e desvirtuada para a destrutividade do indivíduo e de sua classe. Quando essa destrutividade ultrapassa os limites da classe oprimida são intensificadas ações repressivas e alienantes, utilizando-se, o poder opressor, de policiais, padres, psiquiatras, psicólogos, assistentes sociais, sociólogos, economistas, educadores, médicos etc. Dessa forma surge "a morte das possibilidades de organização autônoma, a letargia cultural, a petrificação das pessoas". (Fannon, citado por Loyello, 1983).

Manter o corpo petrificado (tensões musculares crônicas), inconscientemente, é a solução encontrada pelo núcleo de vida do oprimido para protegê-lo, pelo menos precariamente, das condições psicossociais e econômicas adversas. Na maioria das vezes, essa proteção contribui para a desorganização da família e do bairro, como também para a sua prisão, loucura ou morte por infecção ou assassinato.

Assim, o núcleo de vida continua enquadrado numa existência desumana e sem futuro, onde a vida é violentamente negada ou sucumbe pela própria destruição do organismo. Carl Rogers (1978) diz que "*a tendência realizadora pode, evidentemente, ser frustrada ou desvirtuada, mas não pode ser destruída sem que se destrua também o organismo*". Isso é um fato e o sistema opressor procura, realmente, além de enquadrar, também destruir o oprimido.

As relações psicossociais assentadas em um quadro de exploração e miséria como esse são de conseqüências desastrosas para a formação e o desenvolvimento do indivíduo e da população.

Como a dinâmica familiar influenciará na formação e desenvolvimento de cada membro de uma família, cujo pai desempregado é alcoólatra, a mãe trabalha como operária da castanha, têm oito filhos e moram num barraco de dois cômodos, numa rua enlameada, sem esgotos e água potável? Como cada um expressará a exploração e a injustiça social? Como se darão as relações psicossociais entre eles?

V. CARÁTER OPRIMIDO, VALOR PESSOAL E PODER PESSOAL

O caráter é o modo da pessoa estar no mundo. É a sua posição existencial frente às situações de vida e a maneira como responde "às solicitações" internas e externas a si mesma.

Ao falarmos de caráter estamos falando de algo visível e observável - o modo de vida. Quando essa maneira de viver torna-se repetitiva ou estereotipada, podemos dizer que estamos diante de um caráter neurótico.

No livro *Análise do Caráter*, Reich (1979) relata que a formação do caráter neurótico é produzida pela repressão da energia libidinal, pela fixação das situações pré-genitais. Nesse caso, em torno do Ego, vai se formando uma blindagem para protegê-lo do conflito e permitir um modo estável de viver frente às angústias e os medos.

Essa blindagem psíquica é uma couraça que se forma a nível da musculatura, modelando um caráter para a pessoa.

O caráter neurótico não depende das condições específicas de uma classe social, mas da própria sociedade como um todo. Isso quer dizer que encontramos esse caráter em pessoas de qualquer classe social.

Para Reich, a repressão atua para impedir o fluxo natural da energia libidinal; para nós¹, atua para impedir a expressão dos potenciais evolutivos de vitalidade, sexualidade, criatividade, afetividade e transcendência (Toro, 1982), e para reduzir as condições sociais que favorecem autonomia, intimidade e consciência.

Essa seria a condição geral de formação e de desenvolvimento da estrutura psíquica de uma pessoa de qualquer classe social.

Por outro lado, existem condições específicas que delineiam de forma particular a estrutura psíquica de cada um. Além das condições específicas individuais, numa sociedade de classe, existem as condições específicas de classe.

A classe oprimida está mergulhada profundamente na sobrevivência. Enquanto a estrutura psíquica da classe dirigente se forma e se desenvolve fora da sobrevivência sócio-econômica, na classe oprimida ela está diretamente submetida a essas condições.

O mundo do oprimido é o da miséria, da ignorância e da marginalização, situação que não encontramos na classe dirigente. A opressão e a exploração atuam desde a vida intra-uterina.

A classe dirigente tem como condição para a formação e desenvolvimento de sua estrutura psíquica, situações de vida voltadas para a satisfação de necessidades de desenvolvimento pessoal; a classe oprimida tem como condição situações diretamente voltadas para a satisfação das necessidades primárias de sobrevivência, nas quais se fixa cronicamente durante gerações e gerações.

A estrutura psíquica da classe dirigente se enraíza nas condições de desenvolvimento onde o fator sobrevivência é menos decisivo. Na classe oprimida ela se enraíza nas condições de sobrevivência, miséria e alienação; a questão da sobrevivência é central e todo o seu mundo psicológico se estrutura e se orienta por isso, sob muitos aspectos na forma de caráter oprimido.

¹ A repressão, em Biodança, é uma "estrutura que infiltra a existência em todos os seus detalhes, em toda circunstância e nas mais variadas formas. Está presente na arquitetura e no urbanismo, na distribuição dos móveis da casa, na vestimenta, nos livros, no trabalho, na escola, nos gestos, nos alimentos etc. Queremos dizer que a repressão é uma dimensão ativa que intervém nas relações sociais, afetivas, políticas e culturais. A estrutura de repressão está instalada na pessoa em forma de couraça muscular, tensões viscerais, padrões de respostas bioquímicas e em cada uma das expressões do mundo cultural". (Toro, 1982).

O caráter oprimido surge das condições específicas da classe oprimida. É formado pelo bloqueio² do potencial evolutivo ou núcleo de vida (que se manifesta através das vivências de vitalidade, sexualidade, criatividade, afetividade e transcendência), realizado pelas condições psicossociais e econômicas de sobrevivência e reforçado por uma ideologia de submissão e resignação. Não é um caráter neurótico e sim um caráter alienado. Isso quer dizer que o caráter oprimido é fruto do subdesenvolvimento e não de uma psicopatologia³.

Esse caráter é um modo de sobrevivência construído inconscientemente pela classe oprimida para reduzir sua angústia e sofrimento frente à miséria e à violência, para não ser eliminada psíquica e fisicamente. É uma tentativa de resistir ao "caminho de vida" imposto pela classe dirigente, cujo final é representado pela penitenciária, manicômio ou cemitério.

Resistindo através desse caráter o pobre não consegue se desvencilhar da opressão e mais a reforça, pois o caráter oprimido não é uma solução viável de luta e de crescimento pessoal e social, mas sim um reflexo da opressão que se torna opressão. Trabalhar o caráter oprimido não é fazer um trabalho de desencouraçamento psicológico, como o realizado nos grupos de psicoterapia; nem tampouco sociologizar as relações do oprimido, desqualificando ou minimizando sua atividade psíquica, como é comum nos trabalhos de educação popular.

Nem por um lado nem pelo outro os esforços são suficientes. Acreditamos que as condições de desencouraçamento e desenvolvimento pessoal da classe oprimida estão intimamente ligadas à criação, por meio da atividade comunitária, de um clima individual e social que favoreça a expressão do valor pessoal e do poder pessoal.

O valor pessoal é um sentimento de valor intrínseco que se manifesta quando a pessoa entra em contato com o seu núcleo de vida, uma tendência natural para a realização. Sentir-se capaz de viver, gostar de si mesmo, acreditar na sua capacidade de conviver e realizar trabalho, são expressões do valor pessoal.

O poder pessoal é a capacidade de influir na construção de relações saudáveis com os outros e com a realidade. É a potência com que se vive a cada momento, buscando o crescimento de si e do outro.

O valor pessoal e o poder pessoal são expressões da própria identidade, que se formam e se restauram nas relações sociais.

Carl Rogers (1980) cita a congruência das idéias, sentimentos e ações, a aceitação de si e do outro e a capacidade de sentir o outro, como fenômenos geradores de crescimento individual e grupal. Acrescentamos a organização comunitária e a luta reivindicatória e política como fenômenos que completariam o universo a ser trabalhado para a restauração do valor pessoal e do poder pessoal na classe oprimida.

Quando o oprimido exercita-se como sujeito, descobre que as suas mãos são construtoras de si mesmo e de sua realidade. Começa a enfrentar a opressão com entusiasmo e se fortalece com as ações de solidariedade e luta.

² Em Biodança temos o bloqueio, a dissociação e a desorganização como conceitos que tratam da repressão ao potencial evolutivo da pessoa. O bloqueio não é uma psicopatologia, mas um fenômeno de obstrução da vida. A dissociação e a desorganização podem ser consideradas como "Doenças de Civilização" (Jores 1977).

³Para um estudo da psicopatologia do oprimido ver "Psicoterapia do Oprimido" de Alfredo Moffatt (vide bibliografia).

É comum encontrarmos nos bairros pobres uma grande desorganização psicossocial aliada à miséria. Pequenas casas contíguas, com um, dois ou três compartimentos, onde moram muitas vezes 10 pessoas, constituem os quarteirões cheios de crianças e jovens. É um dos arranjos cotidianos de sobrevivência, entre muitos outros.

As pessoas são resistentes à mudança e acreditam que as coisas não mudam a não ser se uma autoridade quiser. Repetem em demasia o papel do opressor, no individualismo e nos conflitos de vizinhança. A forte religiosidade do oprimido é muito contaminada com a fé alienada, deturpando valores fundamentais da dignidade humana, como justiça social, solidariedade, liberdade e, inclusive, da própria religiosidade.

O valor pessoal e o poder pessoal são escassos nas relações psicossociais e na crença em um futuro melhor. A sensação é a de que o oprimido está esperando ou já se desiludiu há muito tempo.

De um modo geral, a vida dos moradores revela acentuada desorganização e desagregação individual e social. Por outro lado, no meio dessa situação, também encontramos pessoas que ainda estão vivas e brilhantes, fazendo esforços para a vida coletiva se modificar.

Essas pessoas tendem a formar pequenos grupos de ação comunitária, convidam outros moradores e passam a conhecer pessoas, que não pertencem à mesma classe, possuidoras de forte sentimento de amor e justiça social, que ajudarão nessa caminhada. Assim, novos grupos serão formados e a vida comunitária poderá desabrochar, lenta e firmemente.

A prática conjunta dos moradores gera um sentimento de força e coesão, de coragem, de vontade de lutar e renascer.

Como está escrito aqui parece simples e fácil de se realizar. Não é assim. Existem muitas dificuldades para alcançar a vida comunitária.

É comum o fracasso aparente, a frustração e a desistência. Mas, aquelas pessoas e grupos que resistem a tudo isso podem frutificar em verdadeiras comunidades e nos Movimentos Sociais.

Uma direção de Associação Comunitária que não for sensível ao valor pessoal e ao poder pessoal dos moradores, acreditando apenas no paternalismo, na força ideológica ou na força das massas, contribuirá para a eliminação ou enrijecimento do organismo popular. Perde-se o sentido da luta. Dessa forma, o oprimido continuará sendo "massa de manobra", onde seu valor pessoal é ignorado e o seu poder pessoal não utilizado.

Acreditamos que as direções surgidas dos pequenos grupos populares, onde o valor pessoal e o poder pessoal são elementos básicos de comunicação entre as pessoas, poderão encaminhar a luta popular com maior êxito. Desse modo, cada indivíduo é considerado como sujeito da realidade, responsável por sua história e pela história coletiva.

MASSA

I	II	III
Já fui mole	Me britaram	Virei brita
Já fui quente	Me lavaram	Virei gente
Derretida	Me levaram	Virei massa
Me esfriaram	Quebrei quinas	Fiquei forte
Fiquei bruta	Me afinaram	Fiquei massa
Fiquei dura	Virei pedra	Massa

Me partiram

Virei areia

Forte

(Antônio Luís, *Mestre de obras, trabalhador da construção civil, Belo Horizonte, 1990*).

VII. OUTRAS CATEGORIAS

a. Vivência Afetiva

No fue cualquier acción que hizo el humano, fue, especialmente, la acción sensible emergente, el moverse sensible, una acción más compleja y sutil tecida en el ámago de esa red neuro-psíquica en construcción. El animal podría coger cualquier objeto, como ya lo hacía, pero para “comocionarse” con el acto de mover el objeto, coger o balancearlo de otro modo, fue necesaria la emergencia de una sensación cualitativamente diferente de las anteriores cuando de la realización de los actos mencionados. De ahí surgió el ser, capace de mirar una montaña y sentir su respiración cambiar, mirar y sentir en silencio el vuelo del pájaro o del agua cristalino calindo en la tierra.

¿Qué fenómeno fue ese, posterior al moverse sensorial y programado, anterior al surgimiento de los significados, y que hizo el humano? ¿Qué flujo tan poderoso arrastró el animal de la limitación sensorial y lo lanzó en un mundo presente del moverse sensible, de la comoción y de la libertad?

Nuestra hipótesis es que fue la sensibilidad primitiva, generó la vivencia y, luego, vuelvóse vivencia. Hizo el humano, primero como artista o algo así, después lo hizo “sapiens”.

Comprendemos el salto cualitativo ocurriendo en el momento del surgimiento de la sensibilidad primitiva, del moverse sensible, condición para la vivencia. Así la creatura vuelvóse creador.

La vivencia, por ser comoción y, al mismo tiempo, expresión singular, es movimiento sensible del ser que, en su concretud, es cuerpo y gesto, es encuentro, es danza, es animal cambiado en espíritu enraizado.

El concepto de vivencia es presentado en Husserl (1985) y Dilthey (1978) como el camino por lo cual el conocimiento es dado, un lugar de la conciencia. Sus obras son valiosas en la comprensión de la vivencia, pero hacen su reducción.

Para nosotros la vivencia es irreductível como lo es el propio ser. Buscar conocer la vivencia o volverla conocida es reducirla, alejarse de ella misma. La vivencia no está en subordinación a la conciencia, pero esta se encuentra enraizada en ella.

El ser no se da a conocer, es irreductível por ser estético, expresivo e imanente- trascendente. El ser por ser vivencia es abarcativo y abarcado, ultrapasa la experiencia y el significado de uno mismo.

Merleau-Ponty, “*propone el regreso a las orígenes de la propia reflexión y descubrir su suelo anterior a la actividad reflexiva y responsable por ella. Esa región es el ‘logos del mundo estético’, quiere decir, del mundo sensible, unidad indivisa del cuerpo y de las cosas, unidad que desconoce la ruptura reflexiva entre sujeto y objeto*” (Chauí, *Coleção Os Pensadores : VIII*).

Para unir el reflexivo a su origen, la pre-reflexión, Merleau-Ponty dice : “*El cuerpo presenta aquello que siempre fue apanágio de la conciencia - la*

reflexividad, pero presenta, también, aquello que siempre fue apanágio del objeto - la visibilidad. El cuerpo es un visible que se ve, un tocado que se toca, un sentido que se siente.” El cuerpo es origen y base de un mundo sensible, “... *salvaje y bruto, donde emergen las categorías reflexivas*” (Chauí, id. : VIII).

La vivencia es el “*instante vivido de un mundo vivido*” (Dilthey, 1978), lugar de manifestación, en el aquí-y-ahora, de la identidad. Tiene calidades imanes-trascendentes, al mismo tiempo que es corporal y limitada, abarca totalidades más grandes, es un fenómeno de totalización y singularización. Lo que se vive en el instante vuélvese un particular universal, o sea, en aquél instante lo que se vive es todo, no habiendo nada más.

Lo que surge de ahí es el sentirse vivo, el estar-aquí imanes-trascendente, pues estar vivo es estar aquí, tiempo presente que hunde el pasado y el futuro en el aquí-y-ahora de la existencia. Este fue reprimido en el proceso civilizatório, principalmente por la tendencia histórica de ser alguien (status) o de tener bienes (acumulación), exponentes de la cultura actual para el vivir bien (Kusch, 1986).

El estar-aquí es la propia presencia, lugar sustancial y evidente de la identidad.

Las vivencias son expresiones de la vida instintiva (Dilthey, 1978 y 1994; Toro, 1982) enredada al mundo valorativo-simbólico, son propias del humano y necesitan de la realidad histórico-social para se manifestaren. Todavía no son representaciones mentales, como a linguagem e o pensamento, y ni provienen de valores, pero necesitan del terreno fértil de la cultura para surgieren desde su fuente biológica y primal.

Isso nao significa subordinar a vivência à consciência (dissociando a reflexão da pré-reflexão), pois estaríamos reforçando a patologia básica de nossa civilização, a que nega o corpo e glorifica a idéia, reprimindo a naturalidade corpórea e a espontaneidade animal. O que buscamos é enfatizar a rota : atividade – vivência – consciência, e nao a rota contrária.

Merleau-Ponty, citado por Marilena Chauí (1984), “*propõe o retorno às origens da própria reflexão e descobrir seu solo anterior à atividade reflexiva e responsável por ela. Essa região é o 'logos do mundo estético', isto é, do mundo sensível, unidade indivisa do corpo e das coisas, unidade que desconhece a ruptura reflexiva entre sujeito e objeto*”.

Para unir o reflexivo à sua origem, à pré-reflexão, Merleau-Ponty propõe a vivência da corporeidade e diz: “*O corpo apresenta aquilo que sempre foi apanágio da consciência - a reflexividade. Mas apresenta, também, aquilo que sempre foi apanágio do objeto - a visibilidade. O corpo é um visível que se vê, um tocado que se toca, um sentido que se sente*”.

A experiência corporal é origem e base de um mundo sensível, “ ... selvagem e bruto, de onde emergem as categorias reflexivas”. (Chauí, 1984).

Para Toro (1980), o homem é um “ser fronteiro”. Para Chauí (1984), é um “ser de abismo” quando descobre o selvagem que há em si. O homem tende à manifestação do selvagem até os limites de sua própria possibilidade e finitude; “... *não pode ficar encerrado, mas se manifesta e se ultrapassa numa modificação infinitamente aberta e nova*. (Chauí, 1984).

Quando a consciência não flui da vivência, reprime qualquer possibilidade de expressão do selvagem, de um mundo instintivo e humano. O corpo é negado, a expressão emocional reprimida e os instintos retirados do homem social.

Um dos resultados do entrelaçamento do mundo instintivo e emocional com o mundo da cultura, são os valores, os quais dão forma e empacotam poderosas cargas psíquicas (Jung,1983). Servem para estruturar a vida interior em conformidade com um determinado e organizado mundo social e adulto; também limitam ou impedem a expressão do potencial evolutivo em seu vigor e frescura natural, quando são contrários a vida. Quando estão voltados para a proteção da vida, encontramos em seu interior a comunhão entre natureza e sociedade (ecologia profunda – Capra, 1997).

Os valores anti-vida negam a individualidade que anseia por singularidade, autonomia e amor, afundando-a, por inteira, nos fantasmas de uma mente incapaz, por estar enfraquecida por esses valores, de abrir-se ao mundo imediato, instintivo e natural da espécie e da vida.

O desafio das relações afetivas, desde a infância, é o de gerar valores de vida, de amor, um sentimento de confiança, segurança e consideração, necessários à vida coletiva e comunitária, e que permite ao indivíduo ir muito mais além da coesão para estar com o outros ou outros, pois dá a ele condições para amar e ser amado, transmutar a dor e a desesperança em grandeza, proteção e amor. Permite a pessoa caminhar no sentido da aceitação, da empatia, da espontaneidade, da regulação e da integração amorosa entre os membros de uma coletividade.

A vivência da afetividade é expressão da vida instintiva entrelaçada ao mundo valorativo-simbólico, é própria do humano e necessita da realidade histórico-social para acontecer. Isso não quer dizer que seja uma representação mental, mas necessita da cultura para desabrochar desde sua fonte biológica e primal. A vivência da afetividade encontra-se à nível genético como possibilidade, mas torna-se realidade dentro da história.

Os valores anti-vida bloqueiam, mas não impedem a manifestação do amor, passível de ocorrer a partir de um meio cultural nos primeiros anos de vida, lugar onde a possibilidade humana torna-se realidade.

O animal necessita da proteção da espécie, primeiramente na vida amniótica e depois na vida gregária. Desde o útero da fêmea até o agrupamento dos animais, ocorre a formação de vínculos necessários à sobrevivência, segurança e crescimento.

A vida gregária, a proteção, a caça coletiva, o acasalamento, o ninho e os cuidados com a prole, inerentes à condição natural, passam por profundas transformações (cognoscitivo-afetivas) no processo de humanização, as quais vão propiciar ao ser humano um alargar-se afetivo em direção aos outros membros conhecidos ou não de sua coletividade, de sua espécie e mais além.

Indo a um lugar ainda mais antigo, encontramos a origem da afetividade na afinidade entre os elementos, no tropismo, na ressonância ecológica e na atratividade cósmica. A afetividade humana, ou vivência da afetividade, surge dessa instância primal para tornar-se expressão humana de carinho, ternura, amizade, proteção, solidariedade e amor, formas expressivas universais.

Enfim, a vivência da afetividade implica no ato afetivo que, por sua vez, significa participar amorosamente da vida, construir um cotidiano de vínculo, abrir-se ao encontro com as pessoas e lutar contra a opressão e a exploração simplesmente por que ama ao outro.

O ato coletivo e solidário do sonhar, do fazer e do dialogar, buscando a construção dos moradores como sujeito da realidade e o desenvolvimento da comunidade para todos, revela a condição humana do dar e do receber amor sob várias formas de vínculo social e comunitário.

Em nossos trabalhos enfatizamos questões de base afetiva por reconhecermos a importância da categoria da afetividade na construção do sujeito comunitário e da própria Psicologia Comunitária.

b. Apropiação del espacio de la comunidad

El proceso de apropiación (Vigotsky, 1984) es el modo como el ser humano se adapta transformando y, al mismo tiempo, se construyendo como humano a la medida que hace una cultura, creando y atribuyendo significado a sí y al mundo.

Este concepto ejerce hoy una gran influencia en varios campos de la investigación humana y más reciente, en el campo de la Psicología Ambiental (Conferencia de Estrasburgo, 1976), en el sentido de se comprender la interiorización y simbolización del entorno por parte de los individuos. Intenta establecer una relación entre el entorno y el individuo (Holahan, 1994), como relación de interdependencia y interinfluencia concreta y simbólica, una dimensión del proceso cultural, del hacerse sujeto de la realidad.

“El ser humano como la mayoría de otros seres animales necesita marcar su territorio, aunque sea de forma sofisticada. Necesita sus referentes estables que le ayuden a orientarse, pero también a preservar su identidad ante sí y ante los demás, identidad y pertenencia, privacidad e intimidad, ser causa y a su vez dejarse llevar por sus referentes, constituyen la clave de la creación y la asunción de un universo de significados que constituyen la cultura y el entorno del sujeto, fisicalizado a través del tiempo en un espacio “vacío” que deviene un “lugar” con sentido. Es lo que llamamos apropiación” (Pol, La apropiación del espacio : 234, 1992).

El ser humano hace cultura y es conductor de cultura. Emerge de la naturaleza y se construye como historia, a partir de procesos complicados de interacción, imitación, vivencia, identificación y concientización (Berger, 1987; Rubinstein, 1979; Freire, 1980; Leontiev, 1981; Toro, 1991; Munné, 1995), mediados por objetos, situaciones y por otro ser humano (Vigotsky, 1984).

Poco a poco emerge de un mundo fusional donde se ubica prisionero de la sensorialidad, hacia un mundo sensible de relaciones y nexos, en un primer momento un mundo interactivo sinpráxico, concreto, aun inmediato, y después un mundo sinsemántico, de simbolización y creación, donde no más se queda prisionero de la inmediaticidad y de la sensorialidad (Luria, 1987). Ahora es criatura y creador.

Todo ese proceso, desde el origen hasta hoy, es un proceso de apropiación de la realidad, de simbolización, de construcción del humano como animal histórico, en su devenir civilizatório.

Esta apropiación se dió en un contexto de interacciones crecientes, entre los hombres (acción comunicativa) y entre estos y la realidad objetal (acción instrumental). Progresivamente el mundo subjetivo se construye al mismo tiempo que la cultura, es decir, el ser humano hace una realidad que lo hace.

En el inicio los contextos sociales estaban reducidos a pequeños grupos, cada vez más interactivos y organizados, pero pequeñas colectividades. Hoy estas colectividades se transformaron en ciudades y sociedades nacionales y mundiales, redes humanas portentosas, donde el individuo no se mueve con la misma facilidad interaccional de antes, la cual le daba un sentido mayor de pertenencia al lugar. El espacio social se vuelve muy amplio, cada vez más anónimo, lejos de la naturaleza y más institucional.

La naturaleza, el entorno natural inmediato, se aleja o desaparece de las cercanías, distanciando el ser humano de las condiciones naturales que constituyen su fuente de integración concreta con la realidad primera y más profunda, espacio real de un mundo instintivo, vital, necesario para el desarrollo del ser-en-el-mundo (Heidegger, 1981; Merleau-Ponty, 1993; Góis, 1995). Es reemplazada por un entorno social, transformación de un espacio natural en un espacio cultural.

Por un lado hay una fuerte sección entre naturaleza y cultura, llevando a una negación de la condición humana natural y a la destrucción ambiental; por otro lado, hay un incremento acentuado del espacio urbano (construcción de ciudades cada vez mayores y más institucionalizadas). Una de las consecuencias es la disminución, en la vida social, de interacciones íntimas y cooperativas entre vecinos y personas que viven y comparten de un espacio urbano más amplio o mismo más cercano. Además, se produce un mayor desconocimiento por parte de las instituciones de la singularidad humana, del sujeto que actúa y es responsable por su vida, por su colectividad, por su territorio y, incluso por estas mismas instituciones.

De ahí surgen los problemas ambientales, la institucionalización exagerada del cotidiano, la desapropiación del espacio natural y urbano (sin tierra, sin techo, sin medios de producción), el individualismo, la alienación, la anomia y la concentración de la riqueza natural y social en manos de muy pocos.

Dos cuestiones entonces se presentan entre otras, una corresponde al problema de fortalecer la vida colectiva local o vida comunitaria en un espacio físico y social que identifica y es identificado; y otra, contribuir hacia el desarrollo de la ciudadanía, responsabilidad que el individuo tiene y que la colectividad reconoce, de construir y desarrollar su propio espacio inmediato de morada y convivencia estable, directa y afectiva, así como su sociedad, en beneficio de uno mismo y de la colectividad.

Son esfuerzos hoy muy necesarios, una acción que pueda cambiar las condiciones de vida de una sociedad y, principalmente, de la población desapropiada de su riqueza natural y social, excluyeda de bienes y servicios, excluyeda de los frutos del desarrollo socioeconómico y de la urbanización saludable (sostenible, estética y distributiva).

El problema principal, entonces, de los miembros de una colectividad, principalmente marginal, es rescatar o desarrollar el sentido de su espacio más cercano o espacio comunitario. Hacer con que un espacio vacío, que fue

desapropiado o impuesto, sea cambiado por un espacio con sentido (Pol, 1994), que tenga una significación positiva para ellos, de identificación con el entorno real, histórico y deseado. Ello puede ser un punto inicial muy importante hacia la formación y fortalecimiento de un movimiento social de característica más profunda de transformación urbana y política (Touraine, 1982).

Cada ser humano vive ubicado en un lugar físico y social, desde su habitación privada hasta el espacio público de una ciudad. Ese entorno también se encuentra ubicado en la subjetividad humana, como vivencia y significación, constituyendo el campo de presencia de la identidad de una persona o de una colectividad, un lugar de ocupación, de defensa, de pertenencia y de desarrollo. Cuando se los quitan, de alguno modo, el ser se vuelve vacío como su propio espacio quitado.

Cada indivíduo vive enraizado em um lugar físico-social que lhe identifica e é identificado por ele, desde sua habitação privada até o espaço público de sua comunidade ou cidade. Esse lugar, por sua vez, se encontra interiorizado, como atividade, vivência e significação. Constitui o campo de realização da identidade de uma pessoa ou de uma coletividade, um lugar de ocupação, de identificação, de pertença, de defesa e de desenvolvimento individual e coletivo

Apropiarse o reapropiarse de su espacio, principalmente el espacio de su ciudad o de su comunidad, legal y simbólicamente, es de todo vital para garantizar una real calidad de vida o bienestar social, allá de una identidad urbana y comunitaria.

La apropiación de la realidad y del espacio de la comunidad se presenta como una condición y un proceso interaccional y participativo necesarios hacia la construcción de la identidad humana y de su propio entorno físico y social, sin alejarse de la naturaleza y manteniendo con ella una relación de desarrollo estable.

“La apropiación hace devenir espacios en lugares significativos para el sujeto o el colectivo, por transformación activa o por identificación. Pero el significado no está ubicado, de suyo, ni en la mente ni en los objetos, sino que surge del conjunto del proceso de interacción” (Pol : 238, 1992).

? apropiação desse espaço físico-social, ou seja, a capacidade que o indivíduo tem de interiorizar e atribuir significados ao seu entorno socio-ambiental, ao mesmo tempo que o transforma, que é transformado por ele e que o ocupa e defende, por meio da ação-transformação e da identificação-simbolização (Pol, 1992).

c. Sentimento de Comunidade

d. Representação Social de Comunidade

A noção de representação social de Moscovici (1978) vem dar uma dimensão mais precisa ao que Durkheim (1984) chama "Representações Coletivas". Encontra-se na confluência do fato social com o fato psíquico e revela a unidade constituída por ambos.

Constitui-se como sistema de referência necessário à coletividade no sentido de situá-la na realidade, servindo às funções de interpretação, orientação, comunicação e ação. Surge do cotidiano e do senso comum das pessoas que estão submetidas aos mesmos fatos e vivências.

"Os diversos trabalhos relativos às representações sociais mostram que elas operam enquanto modo de conhecimento, sistemas de interpretação e de constituição do real, quadros de orientações práticas (...). Aparecem como elaborações cognitivas que refletem por um lado uma atividade psicológica permitindo aos grupos e indivíduos definirem um campo de realidade em relação ao qual eles se situam como atores sociais, e por outro lado, a intervenção dos fatores sociais sobre o funcionamento mental. Estas elaborações cognitivas dão lugar a conteúdos conscientes, comunicáveis sob a forma de pensamento, formas de saber e opinar. Os conteúdos captados ao nível do discurso constituem o material a partir do qual serão analisadas as representações sociais". (Arruda, O Estudo das Representações Sociais, Revista de Psicologia da UFC, nº 2, pág. 9).

Cruz Bomfim (1990) estudando as representações sociais dos moradores de Novo Gama e Pedregal, cidades próximas a Brasília e pertencentes ao município de Luziânia, Goiás, encontrou evidências que confirmam a importância das representações sociais no processo de formação da identidade dos moradores de uma determinada localidade e na formação dos processos de interação, percepção e comunicação entre localidades vizinhas.

Conversando ou entrevistando os moradores de uma comunidade, encontraremos em seus discursos um vasto material de explicação da realidade comunitária e do modo de vida dos seus grupos e moradores, seja quanto à própria comunidade, à vida comunitária, ou mesmo quanto à política local, à saúde, ao trabalho, às relações sociais, à cidadania, à participação social, à mulher, à criança, ao idoso, ao entorno ambiental, e até mesmo quanto à Psicologia Comunitária.

Esse material sistematizado oferece um modo de entender a vida comunitária em seu complexo sistema de representações sociais, o qual serve de base para as relações intra e inter-comunitárias e para as relações de seus moradores com o entorno ambiental.

V. BUSCANDO UM MÉTODO

a. Análise e vivência da atividade comunitária

A vida coletiva, em um determinado grupamento social, implica na existência de um modo de vida próprio. Em um modo de atribuir significados à realidade, de interagir entre as pessoas, de construir as instituições, enfim, de realizar o cotidiano dentro de uma lógica social e simbólica, consciente ou não.

O modo de viver da comunidade revela uma colectividad em permanente construção, y serve de matriz ideológica e psicológica a cada um dos moradores, allá de base normativa e técnica para as suas atividades, sejam comunitarias o no, sejam externas ou internas à comunidade.

Dentre esas actividades humanas y colectivas, para nosotros el fundamental é a atividade dos moradores em favor de la vida comunitaria, realizada de determinado modo e que, por isso, denominamos de atividade comunitária.

Para su existencia não é necessário que exista uma intensa vida comunitaria, pero, esta es muy común, mismo que no esté organizada o que no sea visible a los ojos del Psicólogo Comunitario o otro profesional de la área de comunidades.

Partimos do princípio de que toda área de moradia e convivência, urbana ou rural, contém muchas actividades comunitárias por mais simples e específicas que sejam. Esse embrião pode crescer e constituir um tecido comunitário vivo y activo, isto é, integrado e com um forte sentimento de identificação e participação na construção da vida coletiva do lugar e de cada morador.

Esa actividad, em nosso entender, constitui a unidade básica de análise e de vivência da vida comunitaria, y en la cual el Psicólogo Comunitario estuda e/ou intervém no modo de vida dos indivíduos y de la comunidad.

A atividade comunitária é um sistema de interações humanas (instrumentais e comunicativas) engendrado no modo de vida do lugar/comunidade. Está voltada para a construção dos moradores enquanto sujeitos do seu mundo e da vida em comunidade.

A análise da atividade comunitária própria do lugar e da que surge durante a relação moradores-psicólogo comunitário, fornece um abanico de informações relativas à atividade psíquica dos moradores e do psicólogo, relevantes para a compreensão de suas vidas e da comunidade em que vivem. A análise da atividade psíquica decorrente do modo de vida do lugar e da propia actividad comunitaria produz, em geral, necesidades nessa mesma colectividad.

A relação morador-psicólogo, no interior da atividade comunitária, constitui um processo de facilitação da vida comunitária, no qual o Psicólogo Comunitario e os moradores atuam em conjunto, seguindo linhas de ação, vivencia, encontro e reflexão, no intuito de melhorar a qualidade de vida dos moradores e do próprio Psicólogo Comunitario, no que diz respeito à construção de sujeitos da realidade.

Constitui el análisis de la actividad comunitaria um caminho que pode nos levar a resultados promissores na construção da Psicologia Comunitária e condizente para lidar com a vida comunitaria.

"A análise da atividade constitui o ponto decisivo e o método principal do conhecimento científico do reflexo psíquico da consciência.

No estudo das formas da consciência social está a análise da vida cotidiana da sociedade, das formas de produção próprias desta e do sistema de relações sociais; no estudo da psique individual está a análise da atividade e dos indivíduos nas condições sociais dadas e nas circunstâncias concretas que lhes tem tocado." (Leontiev, La Actividad en La Psicología, pág. 17).

A análise da atividade comunitária, isto é, do processo interativo e coletivo pelo qual o indivíduo vivencia e interioriza su comunidade, a transforma e aprofunda sua consciência de si e do mundo, constitui para nós o método principal da Psicologia Comunitária, lo cual se apoya en una estrategia comunitaria, en una tecnología y en una ética, envueltando un tipo de relación-inserción-acción, a observação-participante, la ação-participante e a pesquisa-participante, allá de todo un instrumental tomado emprestado de algunos estudiosos o creado en nuestra actividad de Psicólogo Comunitario.

Por otro lado, la vivencia de la actividad comunitaria nos hace sumergir en

.....

FALAR MAIS

b. Tipos de Relação de Ajuda

1. Assistencial (Senso Comum)

Objetivo : controle social e político

Ideologia : prevalência de uma classe sobre a outra

Relação : Paternalista / Distanciadora

Resolutividade : imediata

Abordagem : caritativa

Resultados : submissão, ajustamento e atendimento de uma necessidade imediata.

2. Técnica (Instrumental)

Objetivo : resolução de uma problemática específica (melhoria social)

Ideologia : prevalência do saber científico sobre o saber popular

Relação : aproximativa

Resolutividade : imediata/mediata

Abordagem : pesquisa do problema sem considerar a dinâmica comunitária e o processo participativo mais profundo.

Resultados : Resolução do problema específico ou a sua diminuição, dependência em relação ao especialista e permanência das relações de dominação.

3. Comunitária

Objetivo : transformação da alienação em individualidade crítica e solidária.

Ideologia : reconhecimento da força e da capacidade dos moradores (poder pessoal e valor pessoal) na construção de su comunidad.

Relação : integrativa

Resolutividade : mediata

Abordagem : pedagógica

Resultados : autonomia, aprofundamento da consciência de si e do mundo e construção do sujeito comunitario.

c. Modos de Inserção e Ação

1. Escolha e Entrada na Comunidade

Contato/observação

Interação/confiança

Identificação com a comunidade

Definição de uma relação de cooperação

Conhecimento das lideranças

Levantamento das fontes de informação

Conhecimento dos problemas e das necessidades

Caracterização da comunidade

2. Estudo-Ação

. Observação-participante;

. Estudo da atividade comunitária considerando as categorias: atividade, vivência, identidade, consciencia, representação social, sentido de pertencencia, apropiação do espacio da comunidade, representação social, ideologia de sumisión y resignación, caráter oprimido, valor pessoal e poder pessoal.

. Formação e/ou fortalecimento de pequenos grupos.

. Conversas individuais, duplas, pequenos grupos e grandes grupos.

. Treinamento em processo grupal e ação comunitária.

. Organização e integração de diversos tipos de grupos (Saúde, Educação, Cultura, Produção etc.).

. Encontros existenciais.

. Pesquisa-participante.

. Outros

3. Auto-Sustentação

. Treinamento de lideranças

. Fortalecimento de lideranças democráticas.

. Avaliação da atividade comunitária e dos resultados, considerando as categorias estudadas anteriormente.

4. Continuidade e Ampliação

. Manutenção melhorada das atividades consideradas necessárias

. Definição de novas necessidades

. Ampliação do campo comunitário

. Integração com outras comunidades

. Articulação com outros movimentos sociais

5. *Desligamento Progressivo*

- . Avaliação da ação (Psicólogo/Comunidade)
- . Encontros periódicos
- . Visitas periódicas (espaçamento progressivo do tempo)
- . Despedida (manutenção dos vínculos de amizade solidariada).

d. Investigar intervindo/Intervir investigando

1. *Observação-Participante*

La Etnografía como investigación descriptiva exige una inserción más profunda en el cotidiano de los investigados. Esa es una de las razones para se utilizar el método de observación-participante en el estudio de comunidades.

Iniciado por Malinovsky y desarrollado por otros autores, implica en mantener un vínculo mayor con el lugar, con su día-a-día.

El estudio de la vida comunitaria requiere la asimilación y comprensión de los enlaces y nexos del cotidiano, los cuales no se revelan en los hechos en si y ni en sus apariencias. Es necesario, por lo tanto, una acción directa, de inserción, de convivencia real y objetiva, y una acción intelectual, exploratoria, analítica, sistematizada y abarcativa (Emic y Etic: Aguirre, 1995).

El cotidiano comunitario expresa una multitud de situaciones aparentemente sin nexos, incluso para el residente del lugar. Cuando analizadas y sistematizadas revelan una lógica que explica un determinado conjunto de prácticas sociales, económicas, morales, psicológicas, simbólicas, etc., relativas al modo de vida del lugar. Pero antes de la sistematización de los datos, es necesaria la comprensión de sus significados atribuidos por el propio grupo social; descodificados del mismo modo que son descodificados por los residentes. En razón de la realidad social se presenta en código, llena de simbolismo (Freire, 1979; 1979; 1980), es importante la asimilación de este código del lugar, solo así es posible la comprensión del modo como los residentes viven y manejan con su cotidiano y entorno.

Solo después de ese momento la realidad descodificada podrá ser trabajada a un nivel categorial (etic) muchas veces no consciente para los residentes, pero importante en la comprensión y transformación de sus vidas (Góis, 1984; 1990; 1994).

De ese modo, la observación participativa es de gran valor. Exige una presencia activa dentro de la comunidad, como alguien que también pasa a hacer parte de aquella vida en el periodo en que actúa, sea viviendo en el lugar o se haciendo periódicamente presente. Sin la interacción y convivencia la vida del lugar es aprehendida de modo superficial, por eso, de poca valía.

Observar los hechos, regístralos, sistematízalos y explícalos puede ser que parezca simples, pero no lo es. ¿Como distinguir los hechos relevantes de los secundarios? ¿Como regístralos? ¿Cual el tipo de clasificación a adoptar? ¿Que sistema de interpretación tener en manos? Es una tarea que exige conocimiento, disciplina, persistencia y un adecuado convivio con la realidad estudiada.

"Luego después que me quedé en Omarakana (Islas Trobriand), empecé de cierto modo a

coger parte en la vida del pueblo, a buscar los acontecimientos importantes o festivos, a adquirir un interés personal en las charlas del día-a-día y en el suceder del cotidiano del pueblo; a despertar cada mañana hacia un día que se me presentaba más o menos como se presenta para el nativo... Durante mi paseo matinal podría observar los íntimos factos de la vida familiar, la higiene, la cocina, el comer, podría ver las preparaciones para el día de trabajo, las personas saliendo para atender sus intereses, o grupos de hombres y mujeres ocupados en algunas tareas manufactureras. Peleas, chistes, cenas familiares, eventos triviales, a las veces dramáticos, pero siempre significativos, constituyan la atmósfera de mi vida diaria, así como de la de ellos... Más tarde, durante el pasar del día, lo que quiere que se sucedese sería fácilmente accesible; no habría cualquier posibilidad de que algo pudiese ocurrir fuera de mi observación” (Malinovsky, citado por Brandao en Repensando a Pesquisa Participante : 11).

Mismo se utilizando de la observación participante, Malinovsky no ha sido capaz de crear una vinculación de respeto y aceptación de los modos de vida de los nativos trobriandeses, escribiendo en su diario evaluaciones de carácter valorativo-moral personal y lleno de prejuicios, basado en su propia cultura inglesa. Esto también se sucede con otros investigadores hasta hoy. Se utilizan de la observación participante sin establecer una relación de identificación y consideración por la cultura investigada.

Podemos decir que hay una observación participante “meramente descriptiva”, para la satisfacción del medio académico y una “activa”, que es devuelta a la comunidad investigada, en el sentido de ser utilizada para la resolución de sus problemas (Aguirre, 1995).

2. Investigacao-Participante

¿A qué distancia el investigador debe mantenerse de lo investigado?

Este problema hasta hoy suscita muchas controversias, incluso en la psicoterapia. Es claro que la mayor o menor distancia contiene ventajas y desventajas.

En el caso de la observación participante, de acuerdo con Argilaga (1995), vamos encontrar los siguientes aspectos : facilita la percepción, el investigador pasa a ser más acepto por el grupo investigado, se presentan más situaciones de observaciones, facilita el acceso a los datos; todavía hay la subjetividad del investigador, posible falta de espontaneidad, individualización del investigador y peligro de sesgo.

El importante es que el investigador sea un instrumento asertivo y integrado, sin caer en la confluencia con la cultura o grupo investigado (Góis,1995). Para eso es necesario un buen preparo metodológico y un conjunto

de actitudes integradas, claras y positivas, solo posibles con un perfeccionamiento personal del investigador.

Cuanto más cerca el investigador se encuentra de los investigados, más sus características personales se evidencian para ellos. Por lo tanto es imprescindible una capacidad personal de percibir sus propios procesos subjetivos distintos de los procesos objetivos que se pasan en el ámbito de la comunidad estudiada, para no confluir, para no contaminar los datos recogidos, como también para no caer en situaciones proyectivas con los investigados.

Se la observación participante exige una proximidad mayor, la investigación participante exige mucho más, incluso porque parte de los investigados también participan del equipo de investigación, formado por el investigador (externo) y por ellos (internos). Hay, también, ventajas y desventajas, pero los resultados son muy válidos, tanto en el ámbito de la investigación como en el ámbito de la intervención y resolución de problemas por parte de la comunidad (Brandao, 1985;1987).

Para nosotros la investigación participante es un importante instrumento para el conjunto metodológico de la Etnografía actual, cada vez más necesaria en el estudio del medio urbano, de las organizaciones y de los grupos con distancias psicológicas en vez de geográficas (Aguirre, 1996).

Es una estrategia metodológica vuelvida para el compromiso social del investigador y con la participación de la población en el conocimiento de su realidad. Su objetivo es integrar investigador y residentes en el esfuerzo de identificación de problemas y descubrir modos de resolución de ellos, integrando conocimiento y tecnología científicos con experiencia y conocimiento populares.

Viene de una Sociología y de una Educación comprometidas con la realidad social y políticamente definidas en favor del pueblo explorado (Borda, 1982; Freire, 1979; Brandao, 1987).

"En los días de hoy, mismo con muchas investigaciones aplicadas, se percibe la falta de una mayor seguridad en materias de metodología cuando se trata de investigar situaciones concretas. Allá de eso, en el plano teórico, la retórica sin control sigue suelta. Hay un creciente descompaso entre el conocimiento utilizado en la resolución de problemas reales y el conocimiento utilizado solamente de modo retórico o simbólico en la esfera cultural. La línea seguida por los partidistas de la investigación-acción es diferente : quieren quedarse atentos a las exigencias teóricas y prácticas para que problemas relevantes dentro de la situación social sean resueltos" (Thiollent : 9 y 10).

En una investigación clásica la población es percibida solamente como fuente de información, reaccionando de manera pasiva a los investigadores. Los datos son colectados, sistematizados y transformados en tesis hacia la satisfacción del medio académico o algunas veces utilizados como base para la resolución de problemas de aquél mismo pueblo.

En general, la población resiste a esa imposición técnica de profesionales alejados de su día-a-día. Por no participar de la definición del problema y ni de las formas de resolución, no se siente comprometida con las propuestas de resolución presentadas.

"Este mergulho por inteiro no mundo do outro não impediu que uma ciência sociologicamente renomada se desobrigasse das questões efetivamente sociais das condições de vida dos outros. Assim, uma Antropologia, cujo método era enfim participante, nem por isso tornou-se ela própria politicamente participativa, a partir do que começou a descobrir. Pesquisando e escrevendo na mesma Inglaterra de onde o polonês Malinowski saíra para Trobriand, o alemão Marx invertia a questão. Não é necessário que o pesquisador se faça operário ou como ele, para conhecê-lo. É necessário que o cientista e sua ciência sejam, primeiro, um momento de compromisso e participação com o trabalho histórico e os projetos de luta do outro, a quem, mais do que conhecer para explicar, a pesquisa pretende compreender para servir. A partir daí uma nova coerência de trabalho científico se instala e permite que, a serviço do método que a constitui, diferentes técnicas sejam viáveis: o relato de outros observadores, mesmo quando não cientistas, a leitura de documentos, a aplicação de questionários (Marx mesmo fez um, mas às avessas), a observação da vida e do trabalho. Estava inventada a participação na pesquisa. Quando o outro se transforma numa convivência, a relação obriga a que o pesquisador participe de sua vida, de sua cultura. Quando o outro me transforma em um compromisso, a relação obriga a que o pesquisador participe de sua história". (Brandão, C. R., Repensando a Pesquisa-Participante, pág. 12).

Es necesario una inserción con profundidad y compromiso en la realidad de la población y, junto con ella, definir caminos de investigación y transformación de su entorno y de su realidad social.

Estos caminos pasan por una comprensión de las dimensiones básicas de la apropiación : acción-transformación y identificación (Pol, 1992; 1994), y sus aspectos de territorialidad, reivindicación, defensa, delimitación, simbolización, afectividad, creación, conciencia, identidad personal, integración grupal y desarrollo de una identidad comunitaria.

Sequencia metodológica de la investigación-participante

1. Información y discusión del proyecto de investigación participante con los residentes y sus representantes;

2. Estudio preliminar y provisional de la zona y de la población en cuestión;

El trabajo de conocimiento de la realidad debe ser permanente, al largo de todo el proceso de investigación participante.

Retroalimentación del paso 1 :

conocimiento . promocionar en los involucrados y demás habitantes un más objetivo de su situación;

. identificar, con los investigados, los problemas que consideran prioritarios y que quieren estudiar y solucionarlos;

proceso . conocer la reacción de la población delante de los resultados del diagnóstico, con la finalidad de orientar las fases siguientes del de investigación participante.

Las actividades de retroalimentación suponen no solo la elaboración de medios simples de comunicación (dibujos, fichas, etc.) hacia presentar los resultados de una forma comprensible para todos, pero también una "dinámica de grupo" para debatir esos resultados, hacer comparaciones entre los puntos de vista, proponer nuevas orientaciones de investigación, seleccionar y discutir problemas, formular nuevas hipótesis, etc.

3. Analisis crítica de los problemas considerados prioritarios y que los investigados desean estudiar. Constitución de los "círculos de estudios";

Esta tercera fase del proceso de investigación participante está dedicada a un primer trabajo de analisis crítica de los problemas, por parte de los "círculos de estudios" que desean se organizar en vuelta de esos problemas, y entrenamiento del "animador" de los círculos de estudios.

Allá de eso, el "animador" debe tener conocimiento y experiencia del medio social, económico y cultural al cual pertenecen los miembros del círculo de estudio.

Debe partir de los fenómenos para encontrar lo esencial, por tras de las experiencias y de las relaciones cotidianas inmediatas. Esto es, no solo se debe describir los problemas como también explícalos y buscar estrategias posibles de acción.

a. Hacer la "representación" cotidiana del problema;

b. Cuestionamiento de la representación del problema;

c. Reposición del problema.

Retroalimentación del paso 3 :

los Cada "círculo de estudio" puede comunicar los resultados de su trabajo a otros círculos y al conjunto de la "comunidad".

4. Programación y ejecución de un plan de acción (incluido acciones educativas), contribuir para enfrentar los problemas presentados.

El plan de acción incluye:

- . medidas que puedan mejorar la situación a nivel local;
- . acciones educativas para cumplir esas medidas;
- . acciones para promocionar las soluciones identificadas a mediano y largo plazos, en nivel local o más amplio.

El plan y su implementación debe también dar lugar a una discusión y a una evaluación permanentes, cuanto a su orientación, su contenido y su ejecución.

El proceso no se concluye con la cuarta fase anteriormente descrita. La análisis crítica de la realidad, la ejecución de las acciones programadas conducen al descubrimiento de otros problemas, de otras necesidades, de otras dimensiones de la realidad. La acción puede ser una fuente de conocimiento y de nuevas hipótesis.

(Síntese y adaptación) - Le Boterf, G., in De Schutter, A., op. Cit., pp.235-236. Citado en Brandao, Repensando a Pesquisa Participante, Pág. 41/43).

Un de los grandes desafíos de los investigadores de la área social es el de estar comprometido con la realidad social estudiada, identificada con ella en el sentido de su transformación en algo mejor para la vida de los residentes. Muchos defienden la idea del no compromiso o de la neutralidad, argumentando que solo así es posible garantizar la validez de la investigación, sin la influencia del “efecto halo”. Por un lado están ciertos, los datos no pueden ser contaminados por valores personales, todavía existen condiciones instrumentales y de conciencia científica y profesional que permiten lo compromiso con la transformación de la realidad social de las comunidades excluidas del usufructo del desarrollo socioeconómico de la sociedad donde se encontraron ubicadas, sin la contaminación de los datos y de la acción-transformación.

Otro aspecto a considerar es el de que muchos creen que los grupos estudiados no están preparados para actuar como investigador de su propia realidad. Hay cierta razón, pero, como es el caso de la investigación participante o de lo participante observador, ellos pueden ser preparados para realizar, con supervisión del investigador externo y académico, tareas de investigación en todas las etapas, desde la dimensión emic hasta el momento etic. El saber popular puede contribuir mucho con el saber científico y este con el saber popular.

3. Ação-Participante

É a ação realizada em conjunto com os moradores a partir de suas necessidades e objetivos, identificados através do diálogo e do entendimento que os participantes têm de suas próprias necessidades e das formas coletivas de atendê-las.

A inserção do Psicólogo Comunitário dá-se no sentido de contribuir ativamente com os esforços dos moradores em transformar sua realidade e a estrutura subjetiva de cada um. Isso implica numa presença ativa tanto do Psicólogo Comunitário como dos moradores, numa relação colaborativa, de troca e de companheirismo.

A ação-participante traduz-se como ações coletivas onde os moradores definem o que necessitam, o que pretendem atingir, como vão fazer e o que corresponde a cada morador em sua participação. Baseados em um certo nível de conhecimento da realidade e de suas limitações, procuram agir em conjunto para

lidar com objetivos que, na maioria das vezes, ao serem alcançados, beneficiam a todos ou a uma parcela da coletividade.

VIII - INSTRUMENTOS DE FACILITAÇÃO DO MODO DE VIDA COMUNITÁRIA

O ser humano é um ser de relação, de interação, necessita dos outros para sobreviver e desenvolver-se, por isso a importância da vida grupal na construção da singularidade humana.

O grupo é um lugar de encontro e renovação do indivíduo, do próprio grupo e da sociedade. É um espaço social onde é possível aprendermos a tecer relações estáveis e nutritivas, interagindo, confiando, apoiando, compartilhando, confrontando, amando e buscando realizar metas de vida pessoal e coletiva. É uma matriz onde fundem-se o micro e o macro-social, lugar da individualidade que é, ao mesmo tempo, coletividade.

"Os grupos sociais a que pertencemos são estruturas de relação que, a partir da prática, elaboram em nós tendências afetivas, estéticas, conceituais e de ação, as quais nos levam a dar uma resposta coerente aos problemas que se nos apresentam em relação a outros homens e à Natureza. É o sujeito coletivo, o grupo social, quem elabora essas tendências... Essas tendências têm dois caminhos possíveis: um para a re-estruturação da sociedade, para sua renovação, e o outro, pelo contrário, para a consolidação das formas sociais dominantes, para sua conservação." (As idéias de Ana Quiroga e Paulo Freire, pág. 12).

Diante da nova realidade social o estudo e a prática de grupos vai ao encontro dessas exigências, principalmente as de renovação da sociedade. Diz respeito ao estudo e predição dos fenômenos que ocorrem na vida dos grupos, da tentativa de estabelecer leis que expliquem esses fenômenos, como surgem, como se desenvolvem, como se modificam, como contribuem e como prejudicam a vida grupal; também trata dos métodos de intervenção no grupo, como lidar com o seu processo, como modificá-lo, como torná-lo favorável ao crescimento grupal e de seus próprios membros, como levá-lo a influir mais no contexto macro-social etc. Encontramos grupos os mais variados. Desde grupos de natureza institucional como a família, até aqueles que se formam de maneira casual e por pouco tempo, como um grupo de turistas. Temos grupos populares, comunitários, profissionais, políticos, sindicais, esportivos, artísticos, sexuais, de lazer, de drogados, de estudo, de assaltantes e outros. Temos grandes e pequenos grupos, permanentes e temporários, primários e secundários, mas, de qualquer forma, todos eles constituem-se como proteção, construção, orientação e aprendizado dos indivíduos em meio à coletividade, seja para mantê-la, destruí-la ou transformá-la para melhor.

Reconhecemos a força dos grupos, a sua capacidade de transformar e integrar o indivíduo e a comunidade. O grupo, onde as interações são face-a-face, pode propiciar o aparecimento de um clima psicossocial favorável ao crescimento individual e social. As psicoterapias já confirmaram o valor do grupo nas mudanças individual e grupal. Quanto ao seu valor para a mudança social, basta ver a força das CEB's, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, dos

sindicatos atuantes e o exemplo dado pelas grandes manifestações Pró-Diretas Já, onde foi evidente a integração de centenas ou milhares de pequenos grupos organizados em torno de um grande motivo social. A harmonia de uma multidão calculada em 1.000.000 de pessoas em S.P., por exemplo, foi gerada, também, no seio de pequenos grupos, organizados de tal forma que não mais constituíam uma simples multidão. Havia consciência e responsabilidade quanto à conduta necessária para exigir eleições diretas e produzir entusiasmo, organização e beleza, sabendo não reagir às provocações dos que não queriam o retorno do país à normalidade.

Dentre os diversos tipos de grupo, o grupo popular é básico nos trabalhos de Psicologia Comunitária.

Nele são trabalhadas as suas próprias condições sócio-psicológicas decorrentes da história e do modo de vida do lugar, implicando isso no exame de seus processos internos e de sua relação com a comunidade..

O processo interno a ele diz respeito aos componentes de estruturação, organização e desenvolvimento dos seus membros e do próprio grupo. Implica na sustentação e apoio sócio-emocional, no fortalecimento de interações psicológicas nutritivas, na comunicação aberta, no compromisso e na responsabilidade com as decisões e ações do grupo, na participação efetiva e na formação de uma individualidade crítica. A relação com a comunidade diz respeito às suas relações de busca, cooperação e construção da vida comunitária.

O grupo popular integra-se a outros grupos do lugar ou fora dele, no sentido de cooperar e criar uma estrutura de sustentação e desenvolvimento comunitário (Castilho, 1984), bem como facilitar a participação dos seus membros nos movimentos sociais. Existem diversos tipos de grupos populares e todos eles são importantes no desenvolvimento de uma comunidade. Os moradores procuram os grupos que estejam de acordo com os seus interesses como: teatro, música, oração, esporte, festa, política, mutirão, produção etc. Todos esses grupos tem um importante papel na construção da vida comunitária e representam espaços potenciais de crescimento pessoal e comunitário.

Para facilitar os processos internos dos grupos populares e suas relações entre si e com o conjunto da comunidade, lançamos mão de todo um instrumental que, até hoje, tem se provado bastante positivo. Vejamos :

1. Círculo de cultura
2. Círculo de encontro
3. Grupo de Biodança
4. Dramatização
5. Teatro de rua
6. Oficina Criativa
7. Reunião de quarteirão
8. Grupo de produção
9. Grupo de Ayuda Mutua
10. Comissão de mobilização e ação
11. Oficina de projetos
12. Charla a dos

a. Círculo de Encontro

É um processo de grupo incluído no processo de desenvolvimento dos grupos populares. Devido às suas características, diferencia-se sob certos aspectos do

processo grupal conduzido pelos próprios moradores em seus encontros, não significando com isso uma invasão no espaço e no modo deles conduzirem seus processos grupais. Há boa aceitação e uma inserção progressiva. O Círculo quer dizer a distribuição das pessoas na forma de círculo, face-a-face. A palavra e o gesto circulam por entre todos, valorizando e enriquecendo. Encontro, significa uma prática comunitária pelo diálogo e pelo gesto, na qual os membros se entendem e se ajudam, identificam-se uns com os outros. No encontro, a palavra e o gesto constituem o ato de fazer e de representar a vivência concreta do lugar e das necessidades e motivos de cada um.

O Círculo de Encontro é uma tentativa de introduzir no processo do grupo popular conceitos e práticas desenvolvidos por Paulo Freire, Pichón-Riviére, Moreno, Rogers e Rolando Toro. É o processo no qual seus membros lidam com as condições sócio-psicológicas do grupo e a transformação delas. Diz respeito às interações internas e externas do grupo e o modo de compreender e lidar com elas nas dimensões sócio-políticas e sócio-psicológicas. Trata-se dos comportamentos de estruturação, organização e desenvolvimento dos membros e do próprio grupo a partir das atividades comunitárias (relações de busca, cooperação e realização) e do papel que exercem nas comunidades e no município. Trabalha-se o diálogo libertador, o discurso reflexivo, a história social e biográfica, a integração interpessoal e grupal, circulação de idéias e informações, a desinibição e o companheirismo, o apoio sócio-emocional e o cotidiano de cada um, resgatando o potencial individual, histórico, social e cultural da comunidade.

b. Círculo de Cultura

Dinâmica de grupo popular desenvolvida por Paulo Freire (1977) como espaço reflexivo e participativo, adequado à alfabetização de adultos. Posteriormente, passou a ser utilizado para outros tipos de ação popular baseada no método VER-JULGAR-AGIR, favorecendo à discussão democrática e ao aprofundamento da consciência (conscientização).

Parte do princípio de que a democracia constrói-se dentro de um aprendizado de liberdade, por meio de uma educação problematizadora, crítica e de inserção em um mundo real. Contrapõe-se à educação bancária, depositadora de conhecimento sem reflexão, sem pergunta. Por isso, o encontro entre aqueles que aprendem transformando o mundo em que vivem é um encontro dialógico.

"O diálogo é este encontro dos homens mediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo, não se esgotando, portanto, na relação eu-tu. Esta é a razão por que não é possível o diálogo entre os que querem a pronúncia do mundo e os que não a querem; entre os que negam aos demais o direito de dizer a palavra e os que se acham negados deste direito. É preciso primeiro que, os que assim se encontram negados no direito primordial de dizer a palavra, reconquistem esse direito, proibindo que este assalto desumano continue. Se é dizendo com que, 'pronunciando' o mundo, os homens o transformam, o diálogo se impõe como caminho pelo qual os homens ganham significação enquanto homens. Por isso, o diálogo é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro em que se solidariza o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar idéias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de idéias a serem consumidas pelos permutantes. Não é também discussão guerreira, polêmica, entre sujeitos que não aspiram a comprometer-se com a pronúncia do mundo, nem com buscar a

verdade, mas com impor a sua. Porque é encontro de homens que pronunciam o mundo, não deve ser doação de pronunciar de uns a outros. É um ato de criação. Daí que não possa ser manhoso instrumento de que lance mão um sujeito para conquista do outro. A conquista implícita no diálogo é a do mundo pelos sujeitos dialógicos, não a de um pelo outro. Conquista do mundo para a libertação dos homens". (Paulo Freire, "Pedagogia do Oprimido", pág. 93).

O diálogo libertador vai acontecendo dentro do aprendizado de liberdade, no espaço onde, em círculo, cada indivíduo, frente à frente com os outros, vai dizendo a sua palavra e ouvindo a dos demais, atento, receptivo e integrado com o que se vive e o que se procura mudar.

O Círculo de Cultura faz parte do eixo metodológico proposto por Paulo Freire, um método que considera a "Educação como prática de Liberdade" (Simões, 1981).

Círculo é o modo como estão sentados fazendo a palavra "circular" por entre todos, estando as pessoas no mesmo pé de condições para falar e ouvir atentamente. Cultura, porque todos ali têm um conhecimento e uma experiência de vida, do lugar em que vivem; pensam, agem, criam e têm algo a dizer para os outros, contribuindo para o conhecimento e a transformação da realidade.

"O método educativo de Paulo Freire tem, como finalidade, conscientizar os oprimidos da realidade da opressão. Criticamente conscientes dela, então, serão capazes de realizarem a ação para a superação das realidades opressoras e se libertarem como sujeitos do próprio processo libertador.

O método tem, pois, nos oprimidos os sujeitos da própria libertação. A luta é, assim, deles. O importante é que lutem como homens (sujeitos) e não como 'coisas' (objetos). Segundo o nosso autor, eles, os oprimidos, não podem comparecer à luta quase como 'coisas', para depois serem homens. Devem reconhecer que são homens destruídos. Somente assim serão capazes de se libertarem como pessoas. Assim, pois, segundo Paulo Freire, 'a luta por esta reconstrução começa no auto-reconhecimento de homens destruídos.' Este reconhecimento é dado pelo método psicossocial libertador, como no-lo propõe Freire e no qual os oprimidos percebem como estão sendo, isto é, 'menos' para lutarem para o que devem ser, isto é, 'ser mais', mais pessoas para realizarem a sua vocação histórica". (Simões Jorge, a ideologia de Paulo Freire, pág. 27).

O Círculo de Cultura é coordenado por um agente externo ou interno, chamado de animador, responsável por organizar as fichas de cultura e as palavras geradoras, estímulos culturais levantados no cotidiano geral do oprimido (fichas de cultura) e dos participantes (palavras geradoras). Excetuando o objetivo de alfabetização, as fichas e as palavras são utilizadas, em Psicologia Comunitária, com os mesmos objetivos: a integração do grupo, o aprofundamento da consciência, a descoberta do sujeito do mundo e o desenvolvimento comunitário.

As fichas de cultura, em número de dez, foram elaboradas por Paulo Freire e sua equipe a partir da realidade do oprimido. Tratam dos seguintes temas:

1. O homem no mundo e com o mundo. Natureza e Cultura
2. O diálogo mediado pela Natureza

3. Caçador iletrado
4. Caçador letrado (cultura letrada)
5. O caçador gato
6. O homem transforma a matéria da Natureza com o seu trabalho
7. Jarro, produto do trabalho sobre a matéria da Natureza
8. Poesia
9. Padrões de comportamento
10. Círculo de Cultura funcionando (síntese das discussões anteriores)

As palavras geradoras são extraídas do universo vocabular dos participantes. São palavras que refletem a realidade opressora e o modo de vida do lugar. Servem para a problematização da vida que levam, das condições de opressão e dos modos de ação para transformá-las. Aparecem combinadas a fotos ou gravuras que a expressam visualmente, ligando a reflexão às condições concretas de vida dos participantes.

c. Grupo de Biodança

Dentre os grupos temos os de crescimento, cujo objetivo é o de criar condições psicológicas favoráveis à superação de obstáculos psíquicos e estimular a capacidade realizadora dos seus membros.

Como grupo de crescimento temos o Grupo de Biodança proposto por Rolando Toro. Diferencia-se dos outros grupos principalmente por basear-se na compreensão do indivíduo como um ser biocêntrico, fazedor de cultura e orientado, sensível e inteligentemente, pela vida. Busca em sua dinâmica a expressão das potencialidades humanas, cujo foco central não são os problemas psíquicos e sim a expressão da vida instintiva. Transcende o psíquico e mergulha na unidade Bio-Psico-Social.

O Grupo de Biodança constitui-se como espaço vivencial, uma matriz da espécie e da vida na qual os seus membros vivenciam e fortalecem um modo de viver. Busca o desenvolvimento de novas relações em que o ser concreto, corporal, expressa a vida (Toro, 1982; Montagu, 1988) e se faz a cada instante como realidade e com novas possibilidades de superação. Orienta-se profundamente (infra-estrutura) por fios de Natureza.

A preocupação imediata da Biodança é a de facilitar a expressão, cada vez mais intensa, da singularidade, portanto, da identidade. Segue uma linha de ação cujo centro é a vivência de cada um em conexão com ele mesmo, com um outro e com vários. Mediante exercícios semi-estruturados, demonstrados pelo facilitador, às vezes só ou com a colaboração de um ou mais participantes, e de sua realização por todos os membros do grupo, são deflagradas vivências profundas de integração nas áreas de vitalidade, sexualidade, criatividade, afetividade e transcendência, com intensidades diferentes entre os participantes.

A esse processo grupal denominamos sessão de Biodança, espaço no qual é concentrada uma gama de experiências humanas vividas no cotidiano de forma muitas vezes superficial, dispersa e racionalizada, em razão da história e do modo de vida de cada um e da coletividade. A sessão de Biodança é um complexo de eco-fatores nutritivos voltados para a deflagração de potenciais de vida inerentes a cada um de nós (Toro, 1982). Aos poucos, o sentimento de vida vai sendo expresso no desvelar das pessoas no grupo.

Os exercícios, de que já falamos, estão estruturados como movimento sensível, integrado e com sentido de vida (dança). Encontram-se combinados à música orgânica e às emoções, como método vivencial. São estruturados de modo semi-aberto para que o participante possa encontrar, a partir deles, seus gestos profundos, sem reproduzir o seu jeito encoraçado. Os exercícios resgatam gestos de vida encontrados no cotidiano de cada pessoa e nas experiências dos diversos povos em diferentes épocas de suas histórias. Através deles busca-se resgatar vivências de vinculação a si mesmo, à espécie e ao universo.

Esses gestos são originados dentro de uma cultura, como expressão de profundos sentimentos da espécie humana. Aparecem muitas vezes através de formas culturais, tais como no comportamento do dia-a-dia, nos mitos, nos ritos, nas artes, nas religiões e em outras formas de expressão de uma cultura específica. Emergem através das culturas, mas não são produções culturais, são manifestações da sensibilidade da espécie humana frente à vida, nas formas as mais variadas.

A sessão de Biodança facilita um clima de confiança e abertura propiciado pela presença suave, terna, receptiva e disponível dos participantes em vivenciar essa nova maneira de expressar a vida, permitindo a cada um conectar-se, cada vez mais profundamente, com a sua própria identidade. O processo da sessão ocorre em duas fases: uma verbal e outra vivencial. A verbal acontece no início, abrange, aproximadamente, um terço da sessão; o tempo restante é de vivências.

Parte Verbal - os membros do grupo estão descalços e sentados em círculo, no chão. Usam roupas leves e descontraídas. Nesse momento a dinâmica é verbal e acontece de alguns modos:

Exposição Teórica: o facilitador utiliza-se de um quadro e apresenta alguns pontos da teoria de Biodança estimulando perguntas e o debate no grupo.

Intimidade Verbal: é o compartilhar de vivências anteriores e, algumas vezes, em combinação com a história pessoal de quem relata. São experiências vividas no próprio grupo, seja de descobertas existenciais, mudanças, medos, angústias, dificuldades, encontros etc. Não é estimulado o trabalho psicoterápico. Ouve-se profundamente o relato, faz-se comentários ou mesmo, em alguns momentos, abraça-se o membro que expressou com profundidade uma experiência de vida. Na intimidade verbal levam-se em conta algumas posturas propiciadoras de um clima de encontro e crescimento. De acordo com Rogers (1983) são: congruência, aceitação e empatia.

"Os indivíduos possuem dentro de si vastos recursos para a auto compreensão e para modificação de seus auto conceitos, de suas atitudes e de seu comportamento autônomo. Esses recursos podem ser ativados se houver um clima, passível de definição, de atitudes psicológicas facilitadoras. Há três condições que devem estar presentes para que se crie um clima facilitador de crescimento. Estas condições se aplicam indiferentemente à relação terapeuta-paciente, pais-filhos, líder e grupo, administrador e equipe. Estas condições se aplicam, na realidade, a qualquer situação na qual o objetivo seja o desenvolvimento da pessoa. Já descrevi essas condições em outros trabalhos. Apresento aqui um pequeno resumo do ponto de vista da psicoterapia, mas a descrição se aplica a todas as relações mencionadas. O primeiro elemento poderia ser chamado de autenticidade, sinceridade ou congruência. Quanto mais o terapeuta for ele mesmo na relação com o outro, quanto mais puder remover as

barreiras profissionais ou pessoais, mais a probabilidade de que o cliente mude e cresça de um modo construtivo. (...) Portanto, dá-se uma grande correspondência, ou congruência, entre o que está sendo vivido em nível profundo, o que está presente na consciência e o que está sendo expresso pelo cliente. A segunda atitude na criação de um clima que facilita a mudança é a aceitação, o interesse ou a consideração - aquilo que chamo de 'aceitação incondicional'. Quando o terapeuta está tendo um atitude positiva, aceitadora, em relação ao que quer que o cliente seja naquele momento, a probabilidade de ocorrer um movimento terapêutico ou uma mudança aumenta. O terapeuta deseja que o cliente expresse o sentimento que está ocorrendo no momento, qualquer que ele seja - confusão, ressentimento, medo, raiva, coragem, amor ou orgulho. Esse interesse por parte do terapeuta não é possessivo. O terapeuta tem uma consideração integral e não condicional pelo cliente.

O terceiro aspecto facilitador da relação é a compreensão empática. Com isso quero dizer que o terapeuta capta com precisão os sentimentos e significados pessoais que o cliente está vivendo e comunica essa compreensão ao cliente. (...) Este tipo de escuta ativa e sensível é extremamente raro em nossas vidas. Pensamos estar ouvindo, mas muito raramente ouvimos e compreendemos verdadeiramente, com real empatia. E, no entanto, esse modo tão especial de ouvir é uma das forças motrizes mais poderosas que conheço.

De que modo este clima que acabo de descrever leva à mudança? Resumidamente, eu diria que se as pessoas são aceitas e consideradas, elas tendem a desenvolver uma atitude de maior consideração em relação a si mesmas. Quando as pessoas são ouvidas de modo empático, isto lhes possibilita ouvir mais cuidadosamente o fluxo de suas experiências internas. Mas, à medida que uma pessoa compreende e considera o seu eu, este se torna mais congruente com suas próprias experiências. A pessoa torna-se então mais verdadeira, mais genuína. Essas tendências, que são a recíproca das atitudes do terapeuta, permitem que a pessoa seja uma propiciadora mais eficiente de seu próprio crescimento. Sente-se mais livre para ser uma pessoa verdadeira e integral". (Carl Rogers, "Um jeito de ser", pág. 38 e 39)

Parte Vivencial - Quando os participantes retornam de um curto intervalo, após a parte verbal, são convidados pelo facilitador a formarem uma roda, de mãos dadas e em pé. Nesse instante, o facilitador faz uma breve exposição acerca da vivência e a inicia pela própria roda ou outro exercício. Estimula-se o movimento, a expressão, a comunicação e o encontro entre os participantes. Algumas vezes, o facilitador pode encerrar a sessão com uma roda de olhar, onde os participantes expressam o instante vivido pelo grupo, numa dimensão, ao mesmo tempo, imanente e transcendente, pessoal, social e política.

d. Dramatização

Advém do grego (drama = ação). Moreno propõe a ação como base da existência.

"Moreno nunca trabalhou ao estilo psicológico de escutar horas intermináveis seus pacientes, numa atitude mais passiva do que ativa. Sempre foi muito atuante. Nunca admitiu a possibilidade de sucesso diante de uma conduta passiva. Tal modo de pensar evidencia sua personalidade expansiva, ágil e fortemente extrovertida. Anzieu, referindo-se a Moreno, atribui-lhe o lema de que o homem

está no que faz e não no que oculta. Tem aversão ao divã psicanalítico, onde o paciente fica preso, estático. Há necessidade de espaço para o movimento e atuação do paciente. Não aceita o consultório médico como um confessionário; há necessidade da participação e da interação de outras pessoas. A teoria moreniana é basicamente dialógica. Nunca o Eu poderá encontrar-se através de si mesmo, só poderá encontrar-se através de um outro, do 'tu'." (Fonseca Filho, J.C. : 6).

O jogo dramático é um meio de retomar vivências gravadas na história individual e coletiva, trazê-las ao presente como vivência do presente e não do passado, facilitando ao participante a condição de protagonista e espectador, com outros, de si mesmo. Cria o distanciamento necessário à manifestação da consciência do vivido, onde o material psíquico acumulado por repressões é transformado em instante vivido e elaborado como realidade presente.

"No cenário psicodramático tudo é atual. O passado é presente. O futuro também o é. O cenário psicodramático é sempre a perspectiva de um mundo novo, de um momento novo não vivido na vida do passado. Não importa somente a revelação da vivência passada. Importa mais o presente. A vivência do momento atual é um convite a uma comunicação humana transformadora; é a tentativa de 'desintelectualizar' o ser humano para um contato mais verdadeiro, mais emocional, mais pessoal - o encontro." (Fonseca Filho, J.C. : 7).

O uso da dramatização (como técnica psicodramática ou como teatro popular), requer um preparo do facilitador para lidar com a atividade psíquica revelada como drama pessoal e político, individual e coletivo. No meio comunitário, visa aos participantes lidarem com a sua história pessoal e comunitária construída na realidade em que vivem e onde o drama de suas vidas se desenrola, sempre numa perspectiva de construção do indivíduo que se faz sujeito de seu mundo em busca de um mundo novo. Não é estimulada a situação psicoterápica, mas, em alguns momentos, há de se lidar com ela. O sentido da dramatização, em Psicologia Comunitária, é o jogo da espontaneidade, da criatividade e da consciência (Moreno, 1990), em um contexto dialógico, transformador e libertário, revelador da opressão e da anulação (Boal, 1980) e, ao mesmo tempo, impulsor da construção da identidade e de um novo modo de vida comunitário.

Os moradores interpretam papéis de seu cotidiano, trazendo à cena o modo de vida do lugar, seus problemas e dificuldades, seus êxitos e encontros, suas lutas, danças, festas, brincadeiras e sátiras, suas buscas e esperanças. Interpretam a vida de oprimido (Boal, 1980) e de sujeitos em construção - identidade como metamorfose (Ciampa, 1987).

"Os três livros, em conjunto (Teatro do Oprimido, Técnicas Latino-americanas de Teatro Popular e 200 Exercícios e Jogos para o Ator e para o Não-Ator com Vontade de Dizer Algo Através do Teatro), visam ajudar a restituir ao povo aquilo que lhe foi roubado: no começo, sempre, em toda a parte, o teatro era uma festa popular, cantada e dançada a céu aberto. Na Grécia, no Yucatan ou nas selvas de Mato Grosso, sempre assim foi. Vieram depois as classes dominantes e erigiram muros de pedras (para que o teatro fosse feito apenas dentro dos teatros - um absurdo!) e muros estéticos que separassem os atores (ativos) dos espectadores (receptivos). Uns produzindo, outros consumindo. O que? A

ideologia dominante. Agora, por toda a parte vê-se que os muros estão ruindo. Por toda a parte faz-se teatro e todo o mundo faz. Porque na luta contra a opressão devem-se usar todas as armas. O teatro e todas as demais artes também são armas. É preciso usá-las! É preciso que o povo as use!" (Boal, A., 200 Exercícios e jogos..., págs. 9 e 10).

e. Teatro de rua

"É a origem mais genuína e popular do teatro que expressa com graça e brilho a dureza cotidiana do homem comum, refletindo e apontando caminhos sobre os desajustes sócio-políticos da vida presente.

A origem do teatro de rua se confunde com a própria história do homem, tendo como fonte primitiva os rituais tribais, onde o homem procurava dramatizar as experiências cotidianas da caça. Outras fontes do teatro de rua podem ser consideradas os ditirambos gregos, o culto ao deus Dionísio e os espetáculos religiosos da idade média, na Europa.

A partir desse momento e mais adiante, com a comédia Del'Art, o teatro livre de rua, com seus famosos atores mambembes, passaram a ocupar as praças e feiras das cidades e lugarejos, levando ao povo sua mais antiga forma de expressão.

O teatro de rua trabalha em seus atores, além do prazer pelo fazer teatral, a satisfação política de torná-lo instrumento eficaz de transformação do mundo presente.

É comum o teatro de rua ser praticado por jovens, crianças, sindicalistas, movimentos populares em todo o território nacional. Porém, hoje, a prática desse fazer teatral é mais evidente no nordeste brasileiro, especialmente nos estados do Sergipe, Rio Grande do Norte, Ceará e Maranhão.

Em meados dos anos '60 a Bahia iniciou forte movimento chamado Teatro Livre da Bahia, que influenciou artistas sergipanos propiciando a criação do Grupo Imbuaja de Aracaju, o Mambembe entre outros.

No Rio Grande do Norte nasceu, além da grande Cia. Alegria Alegria, o maior movimento independente de teatro de rua da América Latina, o Escambo Teatral de Rua, que conta com a adesão de 40 grupos do Rio Grande do Norte, Ceará e Maranhão, multiplicando a vontade de brincar de teatro entre atores e cidades inteiras. Além desse forte e jovem movimento, o teatro de rua brasileiro dispõe de um elenco de grupos e companhias do mais alto nível de renome nacional e internacional como o Tá na Rua do Rio de Janeiro, o Galpão de Belo Horizonte, a Turma da Aldeia do Rio Grande do Sul, entre outros, que gozam de uma vasta experiência acumulada de vários anos de luta.

Em Icapuí - Ceará, cidade de 13.665 habitantes, o teatro assume um papel de extrema importância político-pedagógica, quando procura atingir todos os níveis e faixas etárias da população, trabalhando vários temas de interesse social e político. O teatro de rua se revela para a história do povo icapuiense como uma sonda que perfura e aponta para todas as direções, perpassando as consciências do homem praiano, no sentido de construir uma nova mentalidade, mais humana e solidária" (*Texto de autoria de Junio Santos e Ray Lima, 1994*).

f. Oficina Criativa

g. Reunião de Quarteirão

Dinâmica de grupo realizada com moradores de um quarteirão da comunidade ou do bairro. Visa trabalhar a vizinhança em suas necessidades comuns de resolução

de problemas do quarteirão e de integração dos seus moradores, quanto a relacionamentos, percepção do cotidiano da rua, seus problemas e necessidades, maneiras de resolvê-los, atividades produtivas, culturais e desportivas, saúde, educação, política e outros temas que surgem dos próprios moradores do quarteirão.

Desenrola-se o processo grupal através de ações, vivências, reflexões, jogos e dramatizações acerca da história e do cotidiano do quarteirão e da própria rua onde encontra-se localizado.

h. Grupo de Produção

As comunidades, em geral, procuram saídas econômicas para os seus problemas. É comum nas reuniões temas como padaria, horta, confecção, casa de farinha etc, serem apresentados como respostas a um conjunto de necessidades.

É óbvio o nível de carência do povo oprimido. Falta tudo. Desse modo, procuram beneficiar-se com algum tipo de atividade produtiva que venha gerar ou aumentar a renda familiar.

Os órgãos públicos de ação social, as entidades filantrópicas nacionais e estrangeiras, as igrejas e mesmo as universidades, procuram contribuir com as comunidades através de projetos de atividades produtivas. São respostas imediatas para necessidades que precisam de satisfações imediatas.

Quando esses projetos surgem no processo de construção da vida comunitária, de ações-participantes ou de pesquisas-participantes, em um certo nível de desenvolvimento comunitário dos moradores, são de extrema valia. Atendem à necessidade imediata, razão do projeto, e impulsionam à mobilização e integração dos moradores em outras atividades produtivas e não produtivas. Faltando essas condições, que surgem em um certo momento do trabalho comunitário, os prejuízos são grandes, levando a conflitos e desconfianças, práticas individualistas e às vezes corruptas. Por fim, o projeto implantado perde o sentido comunitário e, muitas vezes, tende a se acabar, ser abandonado pelos moradores ou controlado por um morador para usufruto próprio.

i. Grupo de Ajuda Mútua (Mutirão)

Forma de ação-participante empregada por comunidades para resolver problemas específicos que exigem trabalho coletivo, reduzindo esforços, custo e tempo dos moradores. Visa integrar as pessoas em ações (instrumentais e comunicativas) que resolvam problemas concretos e imediatos, beneficiando um morador, dois, alguns ou toda a coletividade, tais como:

- Preparar a terra de um deles para o plantio;
- Consertar ou construir casas para alguns moradores;
- Construir açudes ou limpar o mato das praças;
- Construir dezenas de moradias ou casas de farinha;
- Cavar poço ou cacimbão;
- Construir grupos escolares ou postos de saúde;
- Tirar o lixo das ruas ou a água estagnada etc.

A comunidade mobiliza-se no planejamento e execução de trabalhos que, isoladamente, os moradores não poderiam fazer face os recursos e o tempo disponíveis não serem suficientes.

O mutirão favorece o exercício da solidariedade, da autonomia e da organização comunitária, posicionando a comunidade de uma maneira mais consciente, mais

organizada, mais exigente e mais ativa em relação aos órgãos públicos. Não deixa de prescindir deles, mas estabelece uma relação de co-responsabilidade e compromisso como prática de cidadania onde planejamento, organização, controle, execução e avaliação, são funções co-participativas.

j. Comissão de Mobilização e Ação

Em geral, as atividades comunitárias, quaisquer que sejam, necessitam de pequenos grupos escolhidos em reuniões, como comissões de mobilização e ação, para que o encaminhamento das decisões estabelecidas nas reuniões e assembléias comunitárias seja efetivado.

Essas comissões têm a responsabilidade de pôr em prática as decisões da comunidade, funcionando como coordenações dos trabalhos que precisam ser realizados no sentido de atrair, orientar e organizar os moradores em torno de uma ou mais ações específicas, tais como:

- Convidar os moradores para uma reunião;
- Organizar o mutirão;
- Divulgar as atividades comunitárias;
- Preparar um ato público contra a violência policial;
- Organizar uma festa ou um passeio;
- Representar a comunidade em algum órgão público;
- Participar de reuniões em outras comunidades;
- Fazer o levantamento histórico do lugar;
- Participar de pesquisa-ação;
- Distribuir folhetos de alguma luta ou pregar cartazes etc.

k. Círculo de Desenvolvimento Comunitário

Dotar o município de uma estrutura/processo de planejamento participativo municipal, visando a um desenvolvimento sustentável e compartilhado do município;

. Integrar prefeitura, câmara municipal e munícipes em torno de uma visão de futuro e de um compromisso para o desenvolvimento sócio-econômico;

. Criar condições políticas, sociais e técnicas, para a implantação do PPM;

. Facilitar o desenvolvimento organizacional da prefeitura e o desenvolvimento das comunidades e das categorias sociais

PROCEDIMENTO

1. Reunião com o prefeito eleito, explicando a proposta de trabalho;
2. Buscar o compromisso do prefeito para estar junto com a equipe (arregaçar as mangas como fez durante a campanha eleitoral);
3. Reunião com o CMDS;
4. Mapear o município em relação a :
 - . Distritos ou regiões comunitárias;
 - . Bairros ou zonas (maiores) da sede;
 - . Categorias sociais.
5. Definir cronograma de encontros (fase 1 e fase 2);
6. Realizar os encontros em dezembro e janeiro (duas fases de planejamento) e em julho (uma fase de acompanhamento do plano anual);
7. Avaliar anualmente com o prefeito e sua equipe o andamento do PPM.

ESTRUTURA DOS ENCONTROS

I. Encontros Comunitários/Categorias Sociais (fases 1 e 2)

Encontros reflexivos-vivenciais (círculo de encontro) sobre :

- . auto-estima, valor pessoal e poder pessoal;
- . pertencencia ao lugar e integração das diferenças;
- . visao de futuro;
- . proposta de ação para os primeiros 120 dias de

gestao;

(depois de levantar as propostas de todos os grupos, informar a eles que elas serao processadas, critérios e ponderacoes, para na fase 2

conforme

serem checadas

através do quadro síntese geral e grupo, a fim de definir as prioridades dos

distritos/regioes, dos bairros/zonas, das categorias sociais e do município).

Passos orientadores :

todos a círculo;

mesmo o valor e a

comunidade na construcao do

fazendo uma parte e construindo o todo, desde o início de fundação do município. E agora mais ainda é

preciso participar de maos dadas;

apertos

o

pessoas

lugar/categoria e no

e

dias.

1. Abertura pelo prefeito e apresentação da equipe, com as cadeiras dispostas na forma tradicional;

2. Explicar que participar é estar em círculo. Convidar a fazer uma arrumação das cadeiras em

3. Convidar cada segmento social para o centro, depois o para as comunidades presentes. Evidenciar importância de cada categoria e

4. Roda de olhar, cumprimentos de boas vindas, abraços e de maos;

5. Explicar o PPM e o trabalho em pequenos grupos (formar grupo das crianças para fazer o mesmo);

6. Dividir os participantes em pequenos grupos de 10 para: . conversar sobre a vida no município;

. definir o sonho coletivo para o final da gestao;

. propor três medidas de ação que sejam prioritárias viáveis para serem realizadas em até 120

7. O relator do pequeno grupo apresenta no grupao (o grupo infantil apresenta por último);

8. A equipe recolhe as propostas e os sonhos

coletivos;

9. O facilitador explica a importância do trabalho grupal (consenso, participação, construir juntos) e das

propostas.

valor delas e a

aprendizado e a realização do

Coloca-as em um envelope simbolizando o importância desse passo para o

PPM;

10. Falar sobre a fase 2;

11. Convidar uma pessoa de cada grupo para avaliar o encontro;

12. Encerrar o encontro com uma roda de olhar e destacar símbolos do lugar. Se possível cantar o hino do município;

13. Fala final de compromisso do prefeito;

Fase 2

1. Reencontro (integração com música);

2. Fala do prefeito;

3. Apresentação dos quadros sínteses;

4. Checagem pelo grupo para saber se tudo está ali;

5. Escolher juntos as três prioridades do lugar/categorias e do município, para os primeiros 120 dias de gestao;

6. O facilitador explica que essas prioridades farao parte do plano de trabalho inicial da prefeitura;

7. Explicar de novo o PPM e a importância desse passo que está sendo dado, como um alicerce para o PPM;

8. Vivência de desamparo e solidariedade;

9. Roda de embalo e depois de olhar;

10. Avaliação do encontro pelo grupo - uma palavra ou frase;

11. Fala do prefeito;

12. Vivência de celebração e despedida. Até julho.

B. Encontro Gerencial

1. Fala do prefeito;

2. Exposição sobre planejamento feita pelo facilitador;

3. O facilitador fala sobre o desenvolvimento organizacional como sistema básico a equipe gerencial;

4. Falar sobre o trabalho em equipe, não só dentro da prefeitura, mas, também, com a população;

5. Estimular o debate, a reflexão a respeito;

6. Trabalho de grupo sobre tomada de decisão por consenso em grupo : o abrigo;

7. Apresentação e debate das propostas da população;

8. Em pequenos grupos, por secretaria, baseado no diagnóstico ou nos dados que possuem da área, debater sobre a situação da área e propor três medidas de ação prioritárias para serem realizadas em até 120 dias pela secretaria. Podem coincidir ou não com as da população;

9. Apresentar no grupo;

10. Escolher, das medidas de ação propostas pelas áreas, as ações prioritárias da gestao para os 120 dias, podendo coincidir ou não com as da população;

11. Sistematizá-las em conjunto com as propostas pela população, operacionalizando-as quanto a :
 . o que fazer, para que fazer, como fazer, obstáculos e facilidades, prazos, recursos internos e externos à prefeitura, responsável;

(Fazer o mesmo com as três de cada secretaria)

12. Apresentar no grupo e entregar ao facilitador;
13. Vivências ou dinâmicas grupais;
14. Reflexão : o que é preciso fazer para melhorar o desempenho e de cada secretaria? Sugerir ações;
15. O facilitador anota na cartolina as sugestões e estimula o grupo a escolher as mais importantes para serem cuidadas durante o ano de 1997;
16. Operacionalizá-las em pequenos grupos;
17. Apresentá-las no grupo e entregar ao facilitador;
(O facilitador, após o encontro, elabora o plano de ação para os primeiros 120 dias de gestão. Não sofisticar, ser simples, bem apresentado e funcional);
18. Vivência de desamparo e solidariedade;
19. Avaliação do encontro;
20. Fala do prefeito sobre o PPM e a vontade política de administrar com o povo. Que a gestão tenha sucesso não só para o município, mas que seja exemplo para o Ceará;
21. Roda de embalo, de olhar, ir ao centro e falar algo de bom para o futuro do município, da gestão e da secretaria;
22. Abraços;
23. Celebração final.

Dentro da sigla PPM encontramos três palavras fortes e poderosas:

- PLANEJAMENTO - é o processo pelo qual se definem as formas e os conteúdos das ações (antes) que orientam os passos (depois) que uma pessoa ou um grupo têm que dar. Esse planejamento é composto por um plano que possui pontos que vão orientar as ações. Nele é definido tudo que é importante fazer para que se alcance os resultados desejados.

- PARTICIPATIVO - é o processo que conta com o envolvimento e a presença da população, através de seus setores significativos, como: as associações de moradores, os sindicatos, os vereadores, o prefeito, as associações esportivas e culturais, os empresários, os pescadores, as costureiras, os agricultores...

- MUNICÍPIO - é uma região delimitada geograficamente e composta por cidadãos com costumes e hábitos relacionados com a vida cotidiana do lugar. O Município "é um espaço privilegiado para a construção da cidadania e para o aprendizado de direitos e deveres.

- MUNICIPALIZAÇÃO - é um conjunto de ações desenvolvidas no contexto do Município onde possuem o poder para gerenciar, quer dizer decidir, implantar e avaliar, os seus recursos econômicos, naturais e humanos.

Então o PPM é o processo de planejamento de todas as ações municipais a partir da participação da população, que representa os interesses reais da comunidade.

POR QUE É IMPORTANTE FAZER O PPM?

Nada melhor do que as próprias pessoas decidirem e fiscalizarem as políticas e as ações que serão realizadas em seu Município, já que elas devem ser as principais beneficiadas por esses projetos.

Mas para que a população participe é necessário que ela saiba o que quer e como quer. É exatamente aí que entra o Planejamento Participativo Municipal. A população irá aprender a definir e a priorizar aquelas atividades, que trarão mais benefícios para o seu Município.

A responsabilidade do sucesso ou do fracasso desses resultados serão compartilhados entre todos que participaram. Não cabe mas somente ao Governador, ao Prefeito e aos Vereadores decidirem sobre a vida do Município, pois é a parceria com todos os setores significativos da municipalidade que garantirá a viabilidade destas ações através do consenso entre todos os participantes.

PRA QUE

3. QUANDO O PPM ESTIVER POSTO EM PRÁTICA É PRECISO AVALIÁ-LO PARA QUE FUNCIONE BEM

O instrumento que permite modificar o PPM chama-se AVALIAÇÃO.

A avaliação foi criada para que durante o desenvolvimento de um projeto ou de ações seja possível medir os resultados e comparar com os objetivos que se tinha definido a priori, isso é, na etapa inicial do planejamento.

Se os resultados são satisfatórios, significa que podemos seguir atuando. Se os resultados não são satisfatórios, precisamos analisar a situação e definir uma nova forma para agir.

Para fazer uma avaliação é importante definir os pontos e a forma que vão ser avaliados. Os instrumentos de avaliação serão fornecidos no final da cartilha.

4. QUEM PARTICIPA DO PPM?

Toda a população do Município nas suas diversas categorias sociais: os comerciantes, os pescadores, os agricultores, os empresários, os artistas, as costureiras, os jovens e todas que existam na comunidade. Como também os representantes das regiões comunitárias e dos órgãos públicos como Prefeitura e Câmara dos Vereadores.

6. COMO SE MOBILIZA A POPULAÇÃO?

A mobilização da população é uma das fases mais importantes do PPM, pois é ela que garante o processo participativo na elaboração do planejamento. Então a comissão do PPM deverá buscar as melhores maneiras para que as pessoas do Município sintam vontade de participar dos encontros de planejamento.

Deverá ser feito um convite que divulgue a agenda, o local, o dia e o horário do encontro. Os meios de comunicação local como rádio, jornal, boletins ajudam bastante na divulgação. O Teatro de Rua é uma ótima forma para atrair a atenção da população para a importância dos encontros de planejamento. A utilização de cartazes, que podem ser feitos de cartolina, facilitam a divulgação em lugares onde passam muitas pessoas como escolas, bares, instituições públicas, lugares de trabalho.

7. INICIANDO O PLANEJAMENTO (falta)8. CONHECENDO A REALIDADE (falta)9. ESCOLHENDO OS CAMINHOS (falta)10. COMO ORGANIZAR OS PASSOS DENTRO DO PLANEJAMENTO? Como já foram definidos os caminhos que serão seguidos, agora é necessário dar uma estrutura a esses caminhos prioritários.

Por exemplo, quando viajamos de uma cidade a outra sempre teremos algumas informações importantes sobre ela, como: que vou fazer lá, que meio de transporte utilizarei (carros, ônibus, cavalo, avião, barco), quanto tempo durará a viagem, qual é o caminho que vou, quem me acompanhará e que coisas preciso levar. Todos esses passos que organizamos para que nossa viagem seja boa fazem parte do planejamento que se faz antes de começar a viajar.

Agora vamos adaptar todos esses passos da nossa viagem dentro da tarefa que estamos fazendo, que é o planejamento de todas as atividades do nosso Município.

Os passos do PPM são:

1. Definir os caminhos :
2. Priorizar os caminhos : classificar as atividades em ordem de necessidade, utilizando o critério de mais a menos necessária.
2. Listar as ações para cada caminho: especificar todas as tarefas que juntas construirão o caminho que foi definido.
3. Determinar o prazo das ações: colocar o tempo necessário para fazer cada ação.
4. Detectar os recursos para cada ação: definir os recursos humanos (pessoas) e materiais (dinheiro) para que se faça a ação. Também dizer se esses recursos já existem ou se é preciso buscá-los em outros lugares.
5. Definir a clientela-alvo: dizer quem são as pessoas que irão se beneficiar com cada atividade (caminho).
6. Definir as parcerias em cada caminho: quem são as instituições e órgãos públicos do Município, de fora dele, que poderão ajudar na construção de este caminho.
7. Determinar os responsáveis pelos caminhos: definir as pessoas responsáveis por cada caminho, isso é, aquelas que coordenarão as ações de cada caminho.
8. Avaliar os caminhos: analisar se os caminhos e os passos estão sendo realizados e detectar se é necessário fazer alguma mudança. Também definir se foram obtidos resultados com estes caminhos.

MATRIZ DE PLANEJAMENTO

CAMINHOS	CLIENTELA	PRAZO	CUSTO	PARCERIA	AÇÕES	RESPONS.	AVALIACAO

11. ACOMPANHANDO E AVALIANDO OS CAMINHOS PLANEJADOS

12. Conversa a dois

Espaço de relação entre um morador e o psicólogo comunitário ou entre dois moradores, no qual desenvolve-se um processo de diálogo, escuta, aceitação, proteção e orientação da pessoa que busca esse espaço para expressar algo que lhe preocupa ou angustia, e que não gostaria de colocar no grupo, por motivos diversos.

Esse momento é de grande significado existencial, pelo simples fato da pessoa estar sendo ouvida em um instante dedicado apenas a ela. Isso ocorre pouco.

De um modo geral, é raro o momento que as pessoas têm para compartilhar com alguém sua intimidade, desabafar, contar suas preocupações, dificuldades, necessidades e falar de suas angústias, medos, alegrias, prazeres e amor.

São conversas íntimas sobre a vida pessoal, dinâmica familiar, relação do casal, desemprego, fome, doenças, uso de drogas, problemas financeiros, inibição, vergonha, conflitos, depressão, solidão e outros assuntos.

VIII. CONCLUSÃO

Construir a Psicologia Comunitária é ter como objetivo contribuir com a construção de sujeitos comunitários em uma luta por identidade e autonomia pessoal e comunitária, além de contribuir para a justiça social e por uma sociedade democrática, onde novas relações sócio-econômicas forneçam condições para a formação e desenvolvimento do indivíduo, de um novo ser humano.

Os modelos teóricos em Psicologia são quase todos elaborados a partir de estudos realizados na classe média e na classe alta e, além disso, grande parte originária dos países desenvolvidos da Europa e da América do Norte. Creio que a ideologia que subjaz a muitos desses modelos e práticas é a mesma que orientou a ação dos colonizadores da América Latina, Ásia e África.

Não estamos com isso negando a validade universal da pesquisa científica, mas sim procurando demarcar a presença e a importância da cultura e das variáveis específicas dos diversos segmentos de uma sociedade de classes, subdesenvolvida e explorada. Queremos alertar e debater sobre a função social e política da Psicologia Comunitária e, particularmente, sua forma de ação no Nordeste.

A reflexão e a prática contidas nesse trabalho revelam uma necessidade e uma possibilidade da Psicologia Comunitária estar presente no esforço de transformação das condições sócio-econômicas e psicológicas da população.

Navegar é preciso!

IX. BIBLIOGRAFIA

01. Althusser, Louis - *Aparelhos Ideológicos do Estado*, Editora Graal, Rio de Janeiro, 1989.
 02. Arruda, Ângela - *O Estudo das Representações Sociais: uma contribuição à Psicologia Social do Nordeste*, págs. 5 a 14, *Revista de Psicologia da UFC*, vol. 01, nº 01, CE, 1983.
 03. Basaglia, Franco - *A Psiquiatria Alternativa*, Editora Brasil Debates, SP, 1979.
 04. Bender, Mike P. - *Psicologia da Comunidade*, Zahar Editores, RJ, 1978.
 05. Berger, Peter L.; Luckmann, T. - *A Construção Social da Realidade*, Editora Vozes, RJ, 1983.
 06. Berger, Peter L.; Berger, Brigitte - Artigo: *Socialização: como ser um membro da sociedade*, págs. 200 a 214, *Sociologia e Sociedade* (Org. Foracchi, Marialice M. e Martins, José de S.), Livros Técnicos e Científicos Editora, RJ, 1987.
 07. Boal, Augusto - *200 Exercícios e Jogos para o Ator e Não-Ator com Vontade de Dizer algo através do teatro*, Editora Civilização Brasileira, 3ª Edição, RJ, 1980.
 08. Bomfim, Zulmira A.C. - (Tese de Mestrado) *Representações Sociais do local de moradia, de si próprio e do outro, em um grupo de moradores do Pedregal e do Novo Gama: um estudo exploratório (mimeografado)*, UNB, DF, 1990.
 09. Bomfim, Elisabeth M. - Artigo: *Notas sobre a Psicologia Social e Comunitária no Brasil*, págs. 42 a 46, *Revista Psicologia e Sociedade*, nº 07, ABRAPSO, MG, 1989.
 10. BONFIM, Elisabeth M. e MATA MACHADO, Marília N.- Artigo: *Psicologia Comunitária*, págs. 13 a 16, *Revista Psicologia e Sociedade*, nº 04, ABRAPSO, MG, 1988.
 11. Brandao, Carlos R. - *Pesquisa Participante*, Editora Brasiliense, 5ª Edição, SP, 1985.
 12. ———— *Repensando a Pesquisa Participante*, Editora Brasiliense, 3ª Edição, SP, 1987.
 13. Castilho, William César P. - *Dinâmica de Grupos Populares*, Editora Vozes, RJ, 1989.
 14. Cheptulin, Alexandre - *A Dialética Materialista: categorias e leis da dialética*, Editora Alfa-Ômega, SP, 1982.
 15. Ciampa, Antônio da C.- *Estória do Severino e História da Severina*, Editora Brasiliense, SP, 1987.
 16. Dilthey, Wilhelm - *Teoria de la Concepción del Mundo*, Fondo de Cultura Económica, México, 1978.
 17. Durkheim, Émile - *Durkheim, Coleção os Pensadores*, Abril Cultural, SP, 1984.
 18. Fannon, Frantz - *Os Condenados da Terra*, Editora Fator, BA, 1983.
 19. ———— *Pele Negra, Máscaras Brancas*, Editora Fator, BA, 1983.
 20. Fonseca Filho, José S. - *Psicodrama da Loucura: correlações entre Buber e Moreno*, 2ª Edição, Editora Ágora, SP, 1980.
 21. Foracchi, Marialice M; e Martins, José de S. - *Sociologia e Sociedade*, Livros Técnicos e Científicos, 12ª Tiragem, RJ, 1987.
- Franco, Augusto (1995): *Ação Local*, Rio de Janeiro, Editora Ágora.
Freire, Paulo (1967): *Pedagogia do Oprimido*, 10ª ed., 1981, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

22. Freire, Paulo - *Pedagogia do Oprimido*, Editora Paz e Terra, RJ, 1979.
23. ———— *Educação como Prática de Liberdade*, Editora Paz e Terra, RJ, 1979.
24. ———— *Conscientização*, Editora Moraes, SP, 1980.
25. Góis, Cezar Wagner de L. - Artigo: Por uma Psicologia Popular, págs. 87 a 122, *Revista de Psicologia da UFC*, vol. 02, nº 01, CE, 1984.
26. ———— Artigo: Pedra Branca: uma experiência em Psicologia Comunitária, págs. 95 a 118, *Revista Psicologia e Sociedade*, Associação Brasileira de Psicologia Social - ABRAPSO, nº 06, MG, 1990.
- Góis, Cezar Wagner de Lima (1995): *Vivencia : caminho à identidade*, Fortaleza, Editora Viver.
27. Jorge, Jorge Simões - *A Ideologia de Paulo Freire*, Edições Loyola, SP, 1981.
29. Lane, Sílvia T. M.; e CODO, Wanderley (Org.) - *Psicologia Social: o homem em movimento*, Editora Brasiliense, SP, 1987.
30. Lane, Sílvia T. M. - *O que é Psicologia Social*, 15ª ed., Edit. Brasiliense, SP, 1989.
- Lane, Sílvia Tatiana Maurer (1995): “Parar para pensar... e depois fazer!” (entrevista realizada com Sílvia Lane por Antonio da Costa Ciampa, Omar Ardans e Suely Satow), *Psicologia e Sociedade*, nº 1, vol. 8, jan/jun 1996, págs. 3-15, Associação Brasileira de Psicologia Social - ABRAPSO.
31. Leontiev, A. N. - *Actividad, Conciencia y Personalidad*, Editorial Pueblo y Educación, La Habana, Cuba, 1981.
32. ———— *La Actividad en la Psicología*, Editorial de Libros para la Educación, La Habana, Cuba, 1979.
33. ———— *O Desenvolvimento do Psiquismo*, Horizonte Universitário, Lisboa, Portugal, 1978.
35. Luria, A. R. - *Pensamento e Linguagem*, Editora Artes Médicas, Porto Alegre, 1987.
36. Malinowski, Bronislaw - *Argonautas do Pacífico Ocidental*, Coleção os Pensadores, Abril Cultural, SP, 1984.
- Martín-Baró, Ignacio (1991): *Métodos en Psicología Política* (en Maritza Montero, coord., *Acción y Discurso: Problemas de Psicología Política en América Latina, 1991*, Caracas, Eduven, 39-58).
37. Martins, José de S. (Org.) - *Introdução Crítica à Sociologia Rural*, Editora Hucitec, SP, 1986.
38. Meszáros, István - *Marx: a teoria da Alienação*, Zahar Editora, RJ, 1981.
40. Moffatt, Alfredo - *Psicoterapia do Oprimido*, Cortez Editora, SP, 1980.
41. Montagu, Ashley - *Tocar: o significado humano da pele*, Summus Editorial, SP, 1988.
42. Moreno, Jacob - *Psicodrama*, Editora Cultrix, SP, 1990.
43. Moscovici, Sèrge - *Representação Social da Psicanálise*, Zahar Editora, RJ, 1978.
44. ———— *A Máquina de fazer Deuses*, Imago Editora, RJ, 1990.
45. Pichòn-Rivière, E. - *O Processo Grupal*, Editora Martins Fontes, SP, 1979.
- Pol, Enric (1992): *La Apropiación del Espacio*, *Revista Familia y Sociedad*, 1992, 233-249
46. Quiroga, Ana - *Las idéias de Paulo Freire e Ana Quiroga*, Editora Mestre Jou, Buenos Aires, 1982.

47. Reich, Wilhelm - *A Análise do Caráter*, Publicações D. Quixote, Lisboa, 1979.
48. Rios, José A. - *Educação dos Grupos*, EPU, SP, 1987.
49. Rodrigues, Aroldo - *Psicologia Social*, Editora Vozes, RJ, 1972. *Aplicações da Psicologia Social*, Editora Vozes, RJ, 1981.
50. Rogers, Carl: *Grupos de Encontro*, trad., 3ª ed., Sao Paulo, Editora Martins Fontes, 1979.
51. ———— *Sobre o Poder Pessoal*, Editora Martins Fontes, SP, 1978.
52. ———— *Um jeito de Ser*, EPU, SP, 1983.
53. Rouquayrol, Maria Zélia - *Epidemiologia e Saúde*, Editora UNIFOR, Fortaleza, 1983.
54. Rubinstein, S.L. - *El Ser y la Conciencia*, Editorial Pueblo y Educación, La Habana, Cuba, 1979.
55. ———— *El desarrollo de la Psicología: principios e métodos*, Editorial Pueblo y Educación, La Habana, Cuba, 1979.
56. Sampaio, Jackson - Artigo: *Saúde Mental*, in: Rouquayrol, M. Z., *Epidemiologia e Saúde*, Editora UNIFOR, Fortaleza, 1983.
- SEPLAN (1995): *Modelo de Gestao Participativa do Governo do Ceará*, Fortaleza, Secretaria de Planejamento e Coordenação do Governo do Ceará.
57. Sève, Lucién - *Marxismo e a teoria da Personalidade*, vol. 1, Horizonte Universitário, Lisboa, Portugal, 1979.
58. Solozábal, J. Ramón P. - *Dialética de las Actitudes en la Personalidad*, Editorial Científico-Técnico, La Habana, Cuba, 1981.
59. Sorokin, P., e outros - Artigo: *Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o mundo urbano*, págs. 198 a 224, *Introdução Crítica à Sociologia Rural*, (Martins, J. S. - org.), Editora Hucitec, SP, 1986.
60. SZASZ, Thomas S. - *Ideologia e Doença Mental*, Zahar Editores, SP, 1977.
- Tajfel, H. (1981): *Human groups and social categories*, New York, Cambridge University Press.
61. Thiollent, Michel - *Metodologia da Pesquisa-Ação*, Cortez Editora, SP, 1988.
62. Toro, Rolando - *Coletânea de Textos de Biodança* (Góis, Cezar Wagner L. - org.), Editora ALAB, 1991.
63. ———— *Projeto Minotauro*, Editora Vozes, RJ, 1988.
64. Touraine, Alain - *Palavra e Sangue*, Editora UNICAMP, SP, 1982.
65. Vasconcelos, Eduardo M. - *O que é Psicologia Comunitária*, Editora Brasiliense, SP, 1987.
66. Vieira da Silva, L. M. - *A fome no Brasil*, Caderno Princípios nº. 7, RJ, 1983.
67. Vigotski, L. S. - *A Formação Social da Mente*, Editora Martins Fontes, SP, 1984.